

SANDRA DE DEUS

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
trajetórias e desafios

EDITORA PRE-UFSM



Com grande entusiasmo e orgulho entregamos ao público a presente obra da nossa renomada extensionista Sandra de Deus, egressa da Universidade Federal de Santa Maria e que tem compartilhado seus conhecimentos de Extensão Universitária, em todo Brasil e América Latina. Sua paixão pela extensão e sua qualificação têm proporcionado trocas e reflexões que nos permitem avançar em um tema de mais absoluta importância no que diz respeito à formação de nossos(as) estudantes e ao compromisso assumido pelas Instituições de Ensino Superior com a comunidade.

Paulo Afonso Burmann
Reitor UFSM



Jornalista, professora na
Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Pró-Reitora
de Extensão desde 2012,
ex-presidente do FORPROEX.



UFSM
Pró-Reitoria de
Extensão



EXPEDIENTE

Reitor

Paulo Afonso Burmann

Vice-Reitor

Luciano Schuch

Pró-Reitor de Extensão

Flavi Ferreira Lisbôa Filho

Pró-Reitor de Extensão Substituto

Articulação e Fomento à Extensão

Rudiney Soares Pereira

Cultura e Arte

Vera Lucia Portinho Vianna

Desenvolvimento Regional e Cidadania

Jaciele Sell

Núcleo de Divulgação Institucional

Aline Berneira Saldanha

Revisão Textual

Erica Duarte Medeiros

Projeto Gráfico e diagramação

Vitor Bitencourt

CONSELHO EDITORIAL:

Prof^ª. Adriana dos Santos Marmori Lima
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Prof^ª. Olgamir Amancia Ferreira
Universidade de Brasília - UnB

Prof^ª. Lucilene Maria de Sousa
Universidade Federal de Goiás - UFG

Prof. José Pereira da Silva
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

Prof^ª. Maria Santana Ferreira dos Santos Milhomem
Universidade Federal do Tocantins - UFT

Prof. Olney Vieira da Motta
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

Prof. Leonardo José Steil
Universidade Federal do ABC - UFABC

Prof^ª. Simone Cristina Castanho Sabaini de Melo
Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP

Prof^ª. Tatiana Ribeiro Velloso
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

Odair França de Carvalho
Universidade de Pernambuco - UPE

D486e Deus, Sandra de

Extensão universitária : trajetórias e desafios / Sandra de
Deus. – Santa Maria, RS : Ed. PRE-UFSM, 2020.
96 p. ; 21 cm

ISBN Impresso 978-65-87668-00-0

ISBN Digital 978-65-87668-01-7

1. Educação 2. Ensino superior 3. Extensão universitária
4. Universidades 5. Inserção social 6. Currículos I. Título.

CDU 378.4.017.7

Ficha catalográfica elaborada por Alenir Goularte CRB-10/990
Biblioteca Central - UFSM

SUMÁRIO

Apresentação	6
Prefácio	8
Extensão Universitária:	
tecendo diálogos e construindo cenários	11
Extensão Universitária:	
desconstruindo para construir	17
Soberania e integração latino-americana	25
A Extensão Universitária:	
contribuições para a formação de estudante de graduação	33
A universidade brasileira e sua inserção social	45
Impacto e transformação social:	
o papel da Extensão Universitária	57
Internacionalização e Extensão	
Universitária na América Latina	63
A Extensão Universitária: os 100 anos	
da Reforma de Córdoba e os novos desafios	73
A Extensão Universitária	
e o futuro da universidade	79
Extensão nos currículos de graduação	83
Referências	93

APRESENTAÇÃO

A obra “Extensão Universitária: trajetórias e desafios” inaugura as produções da Editora da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM destinadas à discussão epistemológica, ao registro e às reflexões sobre trajetórias e rumos da Extensão Universitária tanto no Brasil quanto na América Latina.

A professora Sandra de Deus, extensionista de raiz e referência no assunto, proporciona-nos um conjunto de 10 textos — organizados de forma cronológica, com capítulos dispostos pela afinidade temática, que podem ser lidos de modo independente e trazem à baila agendas fundamentais que circundam a Extensão Universitária.

Os manuscritos originais foram objeto de palestras ou de publicação, cuja referência pode ser encontrada nas notas de rodapé no início de cada capítulo. Para esta obra, eles foram revistos e, em alguns casos, atualizados.

Fica evidenciado um movimento crescente da Extensão Universitária — pautado no âmbito nacional, junto ao Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão – Forproex — interseccionado com a trajetória da autora, que acompanha o desenvolvimento das atividades do Forproex desde a década de 1990. São temas caros à Extensão, que refletem e discutem acerca da concepção, da inserção social, da formação do estudante, da curricularização e da internacionalização — sobretudo a partir das características basilares da Extensão, preconizadas pela Política Nacional de Extensão Universitária, sejam elas: Interação Dialógica; Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade; Indissociabilidade Ensino - Pesquisa – Extensão; Impacto na Formação do Estudante; e Impacto e Transformação Social.

Há muito se discute, no âmbito do Forproex, do Ministério da Educação e de nossas instituições, sobre a pauta da curricularização da Extensão ou de sua creditação nos currículos de graduação — tanto que houve várias tentativas já sinalizadas nos Planos Nacionais de Educação anteriores e no atual (2014-2024), especialmente na meta

12, estratégia 12.3, que reforça os 10% da carga horária dos cursos superiores destinada à Extensão. Contudo a discussão ganha novo fôlego, como bem retratado pela autora, quando o Conselho Nacional de Educação – CNE propõe as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira; e o Ministério da Educação as homologa, resultando na Resolução nº 07, datada de 18 de dezembro de 2018.

Daqui só podemos avançar! Não podemos permitir que a burocracia institucional ou que a postura conservadora de alguns gestores e docentes impeçam de galgarmos a dimensão formativa do estudante que a Extensão proporciona, alavancada pela sua presença contínua e permanente na sociedade, levantando suas demandas, atendendo na medida do possível — haja vista o papel que compete ao Estado —, compartilhando experiências e saberes tal qual aponta a autora em suas ilações.

A Extensão conquistou sua base epistemológica como saber reconhecido e imprescindível à formação superior — motivo que aponta a necessidade de reforçarmos a rede extensionista e oportunizarmos, às nossas instituições, crescimento e cumprimento de seu papel social, sem cair no clientelismo ou no assistencialismo, que marcaram a origem da Extensão no nosso país. Pelo contrário, devemos trabalhar em prol da autonomia dos sujeitos, do livre pensar, dos valores democráticos, éticos e cidadãos. Essa é a tônica que deve guiar os desafios da Extensão neste início de século.

Assim, com extrema satisfação, registramos nosso agradecimento à professora Sandra de Deus, autora deste livro, ao nos brindar com textos de base extensionista, que permitem pensar nas trajetórias que a Extensão percorreu — tanto no Brasil quanto na América Latina — e seus desafios para o tempo presente e futuro.

Flavi Ferreira Lisboa Filho
Pró-Reitor de Extensão UFSM

PREFÁCIO

A Extensão Universitária tem sido campo teórico de uma parcela da academia que busca valorizar uma das dimensões — parte do tripé constitucional Ensino-Pesquisa e Extensão —, a fim de legitimá-la como relevante tanto para a produção científica quanto para a formação cidadã dos profissionais das mais diferentes áreas do conhecimento.

Nesta obra, brilhantemente, a autora exercita “a desconstrução e a construção” conceitual do mote de uma mera defesa da Extensão, enfatiza os movimentos vivenciados por ela — como extensionista e Pró-Reitora de Extensão que presidiu o FORPROEX — e contextualiza historicamente, sob diferentes perspectivas, a longa e tensa caminhada percorrida pela Extensão Universitária Brasileira.

A tessitura da “pesquisadora encarnada” Sandra de Deus, com seu fazer acadêmico de efetiva participação, demarca tanto sua intensa trajetória de vida quanto sua construção teórico-filosófica e prática na universidade e nas comunidades, com o devido sentimento de pertença à temática.

A essencialidade trazida reverbera reflexões fundamentais para o cenário atual de pandemia e luta social contra a Covid-19, principalmente por encontrarmos, na Extensão, um dos lugares de entrecruzamentos, capaz não apenas de contribuir para o redimensionamento da sociedade que temos, como também de vislumbrar a composição de um projeto de sociedade que queremos — inclusiva e com justiça social —, visto que grande parte da população brasileira sobrevive em meio à fome e à miséria na estrutura econômica imposta pelo neoliberalismo.

E o que a Extensão tem a ver com isso?

O compromisso social, o acesso às pessoas de diferentes grupos sociais, a metodologia dialógica para adentrar diferentes espaços, a capacidade de reconhecer os saberes multiculturais e de tecer, fio a fio, com a escrita leve e, ao mesmo tempo, densa teoricamente aqui construída pela autora, capaz de agregar saberes

para a formação da grande teia interconectada, exercitar o diálogo — princípio fundante do fazer extensionista — e tensionar, pela reflexão, as mudanças necessárias.

Nunca as universidades públicas tiveram os holofotes voltados para si, na esperança de que estas encontrem respostas para as demandas sociais, sobretudo, agora, nas áreas de Saúde e Educação, o que reitera a importância da Extensão pela sua capacidade de articular os conhecimentos produzidos na universidade e estabelecer relações com a sociedade nos diversos territórios de identidades brasileiros. Nesse interim, os vínculos de credibilidade e de respeito — garantidos pelo engajamento dos docentes, discentes e técnicos junto às pessoas das comunidades, sobretudo aquelas expostas à vulnerabilidade social, reconhecidas por marcadores de gênero, classe e raça, bem como acirrados por desigualdades — prioritariamente comporão nossas pautas e nossos desafios, impostos pela realidade, e impulsionarão tanto nossas construções quanto nossas soluções, reiterando o sentido público do nosso lugar institucional.

As conjecturas vividas pela autora nos movimentos extensionistas desde 1990 denotam a solidificação das proposições do FORPROEX, revelando que essa organização não apenas sempre se posicionou de forma crítica, ativa e propositiva ao longo de seus 40 anos de existência, mas também fez, por diversas vezes, ecoar e ressoar, nas políticas públicas dos órgãos que pensam e decidem a educação pública superior brasileira, a importância da Extensão no processo formativo dos estudantes. Destacam-se o financiamento da Extensão, pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), com a criação, em 2004, do PROEXT - Programa de Apoio à Extensão e a publicação da Portaria N.º 007/2018 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que define a curricularização da Extensão como obrigatória, possuindo o mínimo de 10% como parte integrante dos currículos dos cursos de graduação — embora hoje estejamos vigilantes e atentos/as aos movimentos de desmonte das construções históricas de fortalecimento da Extensão Universitária até então vividos.

A memória da Extensão, assim como a nossa memória — digo nossa porque também me insiro nela como mulher, docente extensionista há 15 anos e atual Pró-Reitora de Extensão —, tão bem registrada, aqui, por Sandra de Deus nos enche de ânimo e nos traz elementos potentes para agirmos no sentido e na essência extensionista de ser/fazer. Ou seja: sempre em defesa dos direitos humanos, da educação de qualidade para todos/as, da economia solidária, da universidade pública e gratuita... e, sobretudo, da democracia brasileira. E o diálogo continua...

Adriana Marmori
Presidenta FORPROEX
Pró-Reitora de Extensão da UNEB

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: TECENDO DIÁLOGOS E CONSTRUINDO CENÁRIOS¹

“Não há saber mais ou saber menos, há saberes diferentes.”
(Paulo Freire, 1967, p.68)

¹ Exposição apresentada durante evento na Unipampa em 2012.

O entendimento acerca do tempo — como a sucessão dos anos, dos meses, dos dias e das horas —, bem como as definições de presente, passado e futuro, quando se trata da Extensão Universitária Brasileira, deve ser compreendido em suas diferentes dimensões regionais e a partir dos interesses dos diversos atores sociais envolvidos. Os diálogos e cenários seguem ritmos próprios — ora desconexos, ora em profunda simetria, porque reportam a relação universidade/sociedade na sua essência.

A Extensão Universitária pode ser pouco reconhecida pela sociedade como processo fundamental para a articulação entre o Ensino e a Pesquisa, para a distribuição de renda e de conhecimentos, bem como para o desenvolvimento do país. Em praticamente todas as instituições de ensino superior, são desenvolvidos projetos, programas e ações extensionistas permeados de conflitos internos e incompreensões externas sobre objetivos, teorias, metodologias e públicos envolvidos nas suas práticas.

Não tratamos de Extensão Universitária se não estivermos abertos ao diálogo, à experimentação e à construção de cenários nem sempre favoráveis. É necessário calcular a passagem do tempo e a simplicidade de apreciar a sua transitoriedade. Assim, não há medida equivalente entre as horas que se passa no interior de uma comunidade rural, conversando com os mais velhos sobre plantas medicinais, e entre o trabalho em laboratório para análise destas mesmas plantas. São compreensões diferenciadas sobre o uso e a passagem do tempo, que ressaltam culturas, conhecimentos e objetivos diversos, mas que apontam necessidades comuns no entrecruzamento dos percursos do extensionista/pesquisador, da criança ou do ancião camponês.

A Extensão Universitária está no preceito constitucional que definiu o “princípio da indissociabilidade” entre Ensino, Pesquisa e Extensão (Artigo 207 da Constituição Brasileira), mas ainda é vista como uma “terceira via” ou “filha pobre” dentro das universidades brasileiras. São recorrentes as afirmações de que o ensino que nossas universidades ministram tem qualidade e competência. Há sempre uma citação sobre as pesquisas de nível internacional realizadas

nos laboratórios e programas de pós-graduação, mas, quando se trata da Extensão, surgem as interrogações: o que é mesmo? Para que serve? O quanto se investe? A verdade é que, não tendo clareza da natureza da Extensão dentro da própria instituição, fica difícil dizer para que serve — e mais complexo ainda é garantir um percentual de recursos para o seu desenvolvimento na matriz orçamentária das universidades.

São questões batidas se aprendermos o tempo no seu sentido cronológico. É uma reflexão recente se tomarmos o tempo em seu sentido de construção, de criação, de conquista, de entendimento sobre a importância da Extensão. Há um caminho — percorrido com muita persistência tanto no interior quanto no exterior das universidades — que foi se concretizando e desembocou nos documentos e nas reflexões que se apresentam, especialmente, nos documentos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX).

Desde a sua criação, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) tem buscado redefinir as políticas e as práticas institucionais dirigidas para a Extensão, tanto no âmbito das Instituições Públicas de Educação Superior, do Ministério da Educação e dos demais ministérios, quanto nas agências governamentais.² Todas as instâncias devem reconhecer o valor do processo extensionista e aportar investimentos públicos para a sua execução.

As universidades devem inserir as atividades extensionistas na grade curricular de todos os cursos de graduação e regulamentá-las como prática acadêmica. O potencial educativo e formativo da Extensão deve ser inserido de modo qualificado no projeto pedagógico universitário. Nesse sentido, é imprescindível a implementação de uma legislação que não apenas normalize suas ações e seus financiamentos, como também autorize o pagamento de bolsas a docentes e técnico-administrativos em educação envolvidos em ações de Extensão.

2 No final de 2010, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio da Secretaria da Agricultura Familiar e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil, no âmbito da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, disponibilizou R\$ 16.000.200,00 para projetos de Pesquisa e Extensão Rural.

Novamente, entra o tempo cronológico, compreendido em menos de uma década, quando se deu a criação do Programa Nacional de Apoio à Extensão Universitária (PROEXT) pelo Ministério da Educação (MEC), no ano de 2003, que, posteriormente, contou com o apoio de vários outros Ministérios. O início foi tímido em termos de recursos, mas, em 2012, foram disponibilizados 80 milhões de reais para uma disputa que envolveu mais de duas mil propostas de execução de projetos e programas em todo o país.

Para se ter uma ideia do crescimento significativo em termos de aporte público e de iniciativas para a implementação de ações, em 2004, além de terem sido disponibilizados seis milhões de reais para o PROEXT, 52 instituições de ensino superior apresentaram 182 propostas de Extensão para serem implementadas.³ Somado a estes recursos — que, embora não suficientes, são significativos —, algumas universidades implementaram programas de fomento e editais internos capazes de atender demandas extensionistas localizadas.

É importante contar com programas e linhas de financiamento satisfatórias e de forma contínua, seja através da inserção na matriz orçamentária das instituições de ensino superior, seja através do aumento dos aportes do Ministério da Educação, seja via inclusão na agenda das agências governamentais. A criação do Plano Nacional de Extensão, conforme anunciada pelo MEC⁴, pode ser um instrumento regulador e de suporte institucional às ações de Extensão desenvolvidas no âmbito da educação superior brasileira.

O fortalecimento de parcerias entre os poderes públicos federal, estadual e municipal, visando à implementação de políticas públicas que integrem as universidades na superação da pobreza e na promoção do desenvolvimento sociocultural, é um importante mecanismo capaz de comprometer as instituições públicas de ensino superior com a superação da miséria no país e com a alteração nos padrões institucionais vigentes no sentido da valorização da Extensão.

3 Cf. <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1876&catid=180:pos-graduacao>, página acessada em 30.05.2012.

4 O anúncio foi feito na noite de quarta-feira, 9 de novembro de 2011, em Porto Alegre, pelo Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, Luiz Cláudio Costa, durante a realização do 5º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Quando este texto estava em revisão, já se contabilizava a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, com as novas diretrizes para a Extensão na Educação Superior.

Outros pontos de discussão e de interesse dos extensionistas, que têm demonstrado a construção de cenários na Extensão Universitária, passa pelo reconhecimento das atividades de Extensão nos concursos e nas carreiras acadêmicas. O esforço dos docentes, técnicos e estudantes em realizar projetos e programas voltados para o diálogo com os conhecimentos extramuros deve ser contabilizado em termos equânimes com o Ensino e a Pesquisa.

O 5º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária — realizado em Porto Alegre/RS em novembro de 2011, nas dependências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da Pontifícia Universidade Católica, do Centro Universitário Uniriter e da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre — também ratificou o que viemos afirmando.

O Congresso, que apresentou o tema “As Fronteiras da Extensão”, contabilizou 4.528 pessoas credenciadas. Além de espaços para comunicações livres e trocas de experiências entre extensionistas de todo o país, foram mais de 100 convidados para mesas-redondas e minicursos; 75 oficinas com cerca de 1.200 participantes; 1.066 comunicações orais; e 26 estandes de universidades. Os números, assim como a qualidade das discussões, demonstraram a pujança da Extensão Universitária que a sociedade brasileira vem construindo.

Soma-se a isso a participação brasileira no XI Congresso Iberoamericano de Extensão Universitária, realizado em Santa Fé - Argentina, entre os dias 22 e 25 de novembro de 2011. Durante o Congresso, a representação do FORPROEX assinou a Declaração de Santa Fé, firmada por 14 das 16 redes de Extensão do continente. Ficou acordada a necessidade de consolidação da União Latinoamericana de Extensão Universitária (ULEU) como órgão de representação das Redes Nacionais de Extensão da América Latina.⁵

Sabe-se que a prática extensionista, antes, resumia-se a uma atividade militante de professores, técnicos e alunos, realizada nos finais

5 Nesse sentido, a ULEU definiu a realização do XII Congresso Iberoamericano de Extensão Universitária, em Quito - Equador, no ano de 2013, bem como duas reuniões preparatórias, em Havana - Cuba, em fevereiro, e em Porto Alegre - Brasil, em julho de 2012.

de semana e sem recurso financeiro ou operacional. Hoje, felizmente, trilha caminhos que extrapolam as suas fronteiras. Era necessário sair daquele tempo e superar alguns impasses que foram elencados sumariamente, da mesma forma como é preciso avançar em direção ao reconhecimento acadêmico e social.

Da mesma forma, é necessário que os processos e instrumentos de aferição das universidades, como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, passem a contemplar as ações de Extensão. Acreditamos no “novo tempo” que viemos construindo, onde a Extensão será ainda mais fortalecida e institucionalizada e não seremos confundidos como “voluntários” ou “militantes”, mas reconhecidos como integrantes de universidades comprometidas com as principais causas nacionais.

Para que possamos tecer diálogos e construir cenários, é preciso, cada vez mais, concretizar o “novo tempo” que a Extensão Universitária brasileira reivindica, o que significa realizar mudanças importantes no interior das universidades.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: DESCONSTRUINDO PARA CONSTRUIR⁶

“Nos teus olhos opacos
aprendo o que nos distingue.
Já repartes comigo a ciência e a paciência.
Quero contigo repartir a esperança,
estrela vigilante em minha fronte
e em teu olhar apenas um tição
encharcado de engano e cativeiro.”
(Thiago de Mello, 1981:32)

6 Artigo com pequenas alterações e título “Extensão Universitária e cidadania: desconstruindo para construir” foi publicado na Revista E+ v. 02 p. 28-32. 2012.

A formação universitária está calcada no Ensino, na Pesquisa e na Extensão. Os princípios da indissociabilidade deste tripé, bem como os princípios da autonomia universitária, estão estabelecidos na Constituição Brasileira de 1988 — Portanto a situação legal está dada. O tripé acadêmico é responsável pela formação de profissionais em todas as áreas do conhecimento, que, em situações das mais variadas — ora por força de uma carga horária elevada dentro da sala de aula, ora por comodismo ou por falta de opção —, acabam por não conhecer a realidade e tampouco aceitar um olhar divergente.

O conceito de Extensão⁷, definido pelo Fórum Nacional de Pró-reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) em 1987, já defendia, com base no princípio da indissociabilidade, a necessidade de “um currículo dinâmico, flexível e transformador”. O contato com as diversas realidades, com as diferenças, com outras perspectivas e mesmo com a crítica são aspectos essenciais da formação profissional. Há, porém, um viés recorrente na formação universitária enquanto local de produção de conhecimento. O não compartilhamento e o descompromisso com questões sociais graves — sejam elas da Arte ou da Ciência — geram um distanciamento entre a universidade — uma instituição social e com função pública — e a sociedade — que, em última instância, mantém a universidade como local de formação. Esta contradição tem, pelo menos, três componentes reais e cada vez mais perigosos: I) os currículos fechados entre quatro paredes⁸, em que os estudantes necessitam cumprir uma carga horária estruturada em créditos, sendo muitos obrigatórios e poucos eletivos; II) o acomodamento tanto docente quanto discente; e III) a própria estrutura universitária, que se coloca

7 É um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade.

8 De acordo com o documento “Extensão Universitária e flexibilização curricular” vol. 04- p. 23, publicado pelo FORPROEX em 2006, a “sala de aula deixa de ser somente o lócus de produção teórico-abstrata para ser considerada como todo o espaço, dentro e fora da universidade, onde se realiza o processo histórico-social, vivido por diferentes atores”.

distante do cotidiano, dos movimentos sociais e das demandas gerais da sociedade. É mais fácil assistir a uma aula nas salas e nos laboratórios sem questionamentos (para muitos estudantes, quanto mais curto o período de aula, melhor), do que confrontar o aprendizado com a realidade. Chauí (2003:5) diz que

[...] a partir das revoluções sociais do século XX e com as lutas sociais e políticas desencadeadas a partir delas, a educação e a cultura passaram a ser concebidas como constitutivas da cidadania e, portanto, como direitos dos cidadãos, fazendo com que, além da vocação republicana, a universidade se tornasse também uma instituição social inseparável da ideia de democracia e de democratização do saber.

No entanto, entre o que se prega e o que se pratica, há uma distância marcada pelas dificuldades operacionais, pelos preconceitos e pelos temores que envolvem a manutenção do status quo. Senão vejamos: quais dificuldades se impõem para que a relação entre a universidade e a sociedade se torne mais horizontal? Como pode a sociedade, em seus diferentes graus de representação, influir nos conteúdos ou projetos gestados no interior da universidade? Chauí está correta ao afirmar que educação e cultura são constitutivas da cidadania. Mas qual é a contribuição da universidade para a constituição da cidadania? Talvez precisemos pensar um pouco sobre a forma como se dá e qual a qualidade da interação universidade-sociedade. É evidente que a universidade precisa (re)visitar seus processos de Pesquisa e de Ensino, valorizando os saberes do senso comum, que, como prega o FORPROEX (2006, p. 41), devem ser

[...] confrontados criticamente com o próprio saber científico, comprometendo a comunidade acadêmica com as demandas sociais e com o impacto de suas ações transformadoras em relação a tais demandas.

O grande desafio que se coloca para que a relação universidade-sociedade seja mais linear é encontrar motivações que desacomodem docentes e estudantes para atuarem em atividades que não sejam apenas aquelas obrigatórias no currículo⁹, uma vez que todos estão com muita pressa de cumprir apenas o exigido. Embora a estrutura dos currículos dos cursos de graduação seja rígida, a maioria das universidades brasileiras oferece inúmeras atividades — muitas destas com auxílio financeiro — que, além de possibilitarem, aos estudantes, a realização de atividades fora dos currículos, fornecem outro “brilho” para a formação profissional. Contudo o caminho ainda assim exige vigilância, conforme o documento Política de Extensão do FORPROEX¹⁰ (2012:38):

[...] o ranço conservador e elitista, presente nas estruturas de algumas universidades ou departamentos acadêmicos e a falta de recursos financeiros e organizacionais, entre outros problemas, têm colocado limites importantes para a implantação e implementação desses institutos legais no âmbito das universidades públicas. Muitas vezes, verifica-se a normatização da creditação curricular em ações de Extensão, mas restrições em sua implementação. O mesmo descompasso é verificado quanto à inserção de ações extensionistas nos planos de ascensão funcional e nos critérios de pontuação em concursos e à consideração dessas atividades na alocação de vagas docentes. Nesses aspectos, também em algumas universidades ou alguns departamentos, o preceito constitucional e a legislação referida à Extensão Universitária não têm tido qualquer efeito sobre a vida acadêmica.

9 O Plano Nacional de Educação 2011-2020, enviado ao Congresso Nacional Brasileiro pelo governo em 2010, propõe em sua meta 12.7 “assegurar, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de Extensão Universitária”. No Plano Nacional de Educação 2014-2024, a meta foi ratificada.

10 Documento Política Nacional de Extensão aprovado no XXXI Encontro do Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras em Manaus, maio 2012.

Duas experiências me socorrem no momento. A primeira é uma pergunta pichada em muros, que diz: “prá que serve o teu conhecimento?”. A segunda é uma conclusão do Grupo de Pesquisa Atividades de Extensão do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo¹¹. A frase/pergunta tenciona, provoca reações diversas, pois soa como uma desilusão em relação ao que se aprende nas escolas e universidades. A conclusão dos professores, depois de horas de debate, foi de que todo estudante de jornalismo, durante a sua formação, deve(ria) realizar uma atividade de Extensão para ser um jornalista mais completo, pois assim terá um aprendizado confrontado com a realidade. A proposição do GP Atividades de Extensão é válida para outras áreas do conhecimento, pois, ao entender a Extensão Universitária como espaço de formação que ensina e pesquisa na relação de troca e de comprometimento, abrange um todo e não o específico do jornalismo. Castro (2009:03) vai direto ao ponto:

[...] no caso da Extensão, o que percebemos é que ela produz conhecimento a partir da experiência e, assim, tem uma capacidade de narrar sobre o seu fazer. O conhecimento narrativo ele não fecha, ele deixa sempre aberto, ao final, para a possibilidade de se criar outros finais ou se iniciar outros processos. Assim, a forma de produção da narrativa não pretende ser verdadeira objetivamente, mas ser também subjetiva. Além disto, o que se verifica na Extensão é um fazer que sempre pressupõe a presença de um outro que não é somente o aluno ou professor, mas um ouvinte”.

Vale dizer que se comprova que a universidade, a partir de suas atividades de Extensão, influencia e é influenciada pelos seus interlocutores. Não significa que, ao configurar quais são as tarefas da Extensão Universitária, desresponsabilize-se o Ensino e a Pesquisa de seus compromissos com a sociedade. Assim, Severino (2002: 117) se expressa:

11 O GP Atividades de Extensão dentro do FNPJ (www.fnpj.org.br), que já tem 11 anos de funcionamento, faz uma reflexão sobre a importância da Extensão Universitária na formação de jornalistas.

[...] por outro lado, a universidade, como instituição da esfera educacional, sofre de processo crônico de corrosão interna, deteriorando-se continuamente e comprometendo sua própria eficácia, tornando-se pouco fecunda no atingimento de seus objetivos, consagrados pela tradição e reiterados pela retórica dominante.

A sociedade, através de seus diferentes atores, pode demandar, à universidade, uma atuação mais proativa. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através do Departamento de Educação e Desenvolvimento Social, realiza, já há alguns anos, um programa de formação em educação antirracista no cotidiano escolar para professores da rede pública da região metropolitana de Porto Alegre. Participam professores e educadores das redes públicas de ensino, especialistas e profissionais de instituições diversas, pessoas leigas comprometidas com ações que integram as políticas sociais e educativas locais e regionais, bem como estudantes de graduação e pós-graduação. Esta iniciativa parte do compromisso social da universidade como instituição de ensino superior — tanto responsável pela formação inicial e continuada de educadores quanto indutora de práticas antirracistas não só na universidade, como também nas escolas de educação básica. Por este motivo, todas as ações de formação realizadas são planejadas e executadas coletivamente por agentes institucionais de diferentes instâncias educativas. Não significa, porém, que estas ações aconteçam sem “dor”, pois muitas das atividades implícitas no programa só se realizam a partir de esperanças e forçadas posições pessoais, uma vez que, no interior da universidade e em todos os espaços institucionais, o racismo e a discriminação estão impregnados. Portanto a sociedade pode influir em projetos gestados no interior da universidade, como no exemplo apontado, e, com isto, a universidade pode contribuir para a construção da cidadania. Santos (2010 : 15) considera que,

[...] de qualquer forma, podemos observar que, apesar dos conflitos entre os agentes internos ou entre os interesses externos (Estado e setores sociais), a Extensão Universitária, hoje, é uma atividade que tende a se consolidar como resposta aos desafios colocados às universidades públicas e privadas brasileiras, tanto por aqueles que querem flexibilidade, competição e eficiência, quanto por aqueles que exigem um caráter mais popular. Em outros termos, isto significa dizer que a formação universitária deve ser efetivada com amplitude maior que a da profissionalização em sentido restrito para que se transforme num horizonte mais amplo de estudo e produção e socialização de conhecimentos.

Neste caso, há que se abrir espaço para a desconstrução de preconceitos históricos, o que possibilita a extração do melhor que a Extensão nos proporciona: a possibilidade de conhecimento e compreensão não só de realidades, mas também de comportamentos, a partir de vivências diferenciadas, ainda timidamente presentes em ações educacionais de um modo geral. Não há dúvida nenhuma que, considerando toda a importância da Pesquisa e do Ensino, realizar ações que envolvam outros interlocutores — que não apenas o professor e o aluno — agregam valor, embora haja a necessidade de um esforço maior dos envolvidos.

A Extensão é o lugar da “alteridade” por excelência — é onde a universidade realiza o reconhecimento da diversidade tanto socio-cultural quanto étnico-racial e permite não apenas a construção, como também o estabelecimento dos compromissos necessários à leitura do mundo. Ao atuar nas dimensões estéticas e culturais, a Extensão Universitária tenciona o Ensino e atualiza a Pesquisa. Este movimento nos convoca não só a pensar o lugar da Extensão na formação cidadã dos envolvidos, como também a reconhecer o seu papel real e objetivo na estrutura da universidade, no cumprimento daquela que pode ser uma de suas tarefas mais generosas e instigantes: a de ser o local de formação, contribuição e promoção de propostas para melhoria da vida.

No interior das universidades, há um questionamento, tornado público, que provoca: “prá que serve o teu conhecimento?”. No seu exterior, há uma latente necessidade de profissionais com outras competências, que vão além da técnica, que contribuam na promoção do desenvolvimento da sociedade em todas as suas dimensões.

SOBERANIA E INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA¹²

“O conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações.” (Paulo Freire, 1985:36)

Estamos observando mudanças significativas na sociedade brasileira, seja através da exigência por melhor qualidade de vida, seja através da maior participação no processo de decisão, seja, ainda, através dos acordos políticos alheios às demandas das ruas. Essa nova configuração exige, da universidade e da Extensão Universitária (em particular), ações urgentes e duradouras de trocas e compartilhamento de experiências e saberes para garantir direitos já conquistados pelos diferentes segmentos sociais. Há que refazer, no entanto, o percurso histórico para chegarmos até os dias de hoje. Ao longo de sua trajetória, a universidade brasileira tem aproximação e distanciamento do cotidiano da sociedade. O que se aponta nesta reflexão é o fato de a universidade pública brasileira ter dado pouca importância para os princípios de Córdoba e se afastado dos ensinamentos de Paulo Freire e de Darcy Ribeiro, determinando uma universidade, por vezes, asséptica, isolada e descompromissada. O que se exige, de todos nós, é pensar sobre os fazeres da universidade na atualidade, para que a relação com a sociedade efetivamente cumpra os compromissos explicitados no conceito de Extensão construído ao longo dos anos — “é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade”.

Os acontecimentos de Córdoba, a elaboração do Estatuto das Universidades Brasileiras, os Movimentos Estudantis e a criação do Projeto Rondon — abordados, posteriormente, de forma mais aprofundada quando mencionarmos os marcos da mudança no papel da universidade — correlacionam-se, corroborando para a integração latino-americana.

A questão é que, com o passar do tempo, a Extensão foi conquistando seu espaço, inclusive no que tange à questão orçamentária: o governo brasileiro passou a disponibilizar recursos para que as universidades se empenhassem em desenvolver trabalhos voltados à inclusão social.

A comunidade universitária (professores, técnicos e estudantes) — que já mantinha contatos estabelecidos ou nutria interesses na produção de conhecimentos que fossem resultantes do diálogo — encontra, no conceito e na prática de Extensão, o dispositivo institucional

que dá suporte para ações transformadoras. Do mesmo modo, grupos organizados da sociedade também buscam parcerias com as universidades, na expectativa da resolução de seus problemas. É razoável pensar que as demandas dos grupos sociais — oriundos das escolas públicas, autodeclarados negros e indígenas — por acesso ao ensino superior, plasmadas a partir da virada do século XXI, são resultados, também, daquele processo que iniciou com a defesa da democracia e dos comprometimentos assumidos por parcelas dos integrantes da comunidade universitária em meados dos anos 80.

Apesar de todo o acúmulo das produções sobre Extensão Universitária, percebemos que ainda há necessidade de maior disseminação desses debates, bem como de definições e contextualizações acerca de seu potencial e de sua efetivação como uma política para a educação, no que concerne ao incentivo e ao investimento para sua consecução. Dessa forma, teríamos melhores condições de compreendermos por quais mecanismos transitam os diferentes saberes e como isso afeta a própria estrutura acadêmica das universidades — com suas relações de poder — e as estratégias estabelecidas pelos diferentes atores desse processo em seu fazer cotidiano para a produção e para a valorização do conhecimento produzido por eles.

A prática extensionista — que antes se resumia a uma atividade militante de professores, técnicos e alunos, realizada nos finais de semana e sem recurso financeiro ou operacional — hoje trilha caminhos que extrapolam as suas fronteiras e tencionam o interior de cada uma das universidades, configurando o que, em muitos casos, gera duas universidades: uma que permanece fechada sobre si mesma e outra que se articula com a comunidade, que se movimenta, cria-se e recria-se todos os dias. É neste cenário que se colocam os desafios para a Extensão Universitária praticada nas universidades públicas brasileiras e na universidade latino-americana como um todo. Esses desafios estão no interior e no exterior da universidade — na gestão, na compreensão do papel formativo, nos recursos disponíveis, nas prioridades estabelecidas, na disponibilidade dos seus atores, na capacidade tanto de aceitar quanto de produzir mudanças e, sobretudo, na trajetória institucional.

Para cumprir dispositivos legais, as universidades brasileiras devem inserir as atividades extensionistas na grade curricular dos cursos de graduação e regulamentá-las como prática acadêmica. O potencial educativo e formativo da Extensão deve ser inserido de modo qualificado no projeto pedagógico universitário. A partir da aprovação do Plano Nacional de Educação, passa a ser necessária uma nova e decisiva intervenção no interior das universidades, para cumprir com a proposta que, efetivamente, vai modificar a formação universitária. É urgente que a avaliação da qualidade e que o status de excelência da universidade levem em consideração a sua importância na sociedade, considerando, portanto, a Extensão Universitária como componente necessário no processo de avaliação, que inclui gestão, investigação e docência.

Então, qual o propósito de refletirmos sobre a relação universidade e sociedade e as transformações que este relacionamento determina? O propósito está, justamente, no fato de que o papel transformador da Extensão é complexo e multidimensional, ou seja, a transformação social através da Extensão é permanente em vários aspectos e em várias dimensões diferentes de cada grupo social ou indivíduo. É preciso compreender a Extensão como uma ação acadêmica de formação efetiva:

[...] política, estratégia democratizante, metodologia, sinalizando para uma universidade voltada para os problemas sociais com o objetivo de encontrar soluções através das pesquisas básica e aplicada, visando realimentar o processo ensino-aprendizagem como um todo e intervindo na realidade concreta". (SANGENIS, 2012, p.23)

No caso brasileiro, o Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior (FORPROEX, 2012) aponta "*Impacto e Transformação Social*" como uma de suas diretrizes, em que se reafirma a Extensão Universitária como o mecanismo pelo qual se estabelece a inter-relação da universidade com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação não só transformadora

— voltada para os interesses e para as necessidades da maioria da população—, mas também propiciadora do desenvolvimento social e regional, bem como do aprimoramento das políticas públicas. Entende o Fórum que, dessa forma, a universidade contribua para o processo de (re)construção da Nação. Nesse sentido, a diretriz *Impacto e Transformação Social* imprime, à Extensão Universitária, um caráter essencialmente político.

Assim, configuram-se, nas ações extensionistas, características como: (a) privilegiamento de questões sobre as quais atuar sem desconsideração da complexidade e da diversidade da realidade social; (b) abrangência, de forma que a ação ou um conjunto de ações possam ser suficientes para oferecer contribuições relevantes para a transformação da área, do setor ou da comunidade sobre os quais incidem; (c) efetividade na solução do problema — cabe lembrar que a efetividade de qualquer tipo de intervenção social depende do grau de racionalidade que se imprime à sua formulação, sem perder de vista os valores e princípios que a sustentam, de forma a permitir sua gestão eficiente e sua avaliação, seja de seu processo de implementação, seja de seus resultados e impactos sociais.

É importante ter clareza de que não é apenas sobre a sociedade que se almeja produzir impacto e transformação com a Extensão Universitária. A própria universidade pública, enquanto parte da sociedade, deve também sofrer impacto, ser transformada. O alcance desses objetivos — impacto e transformação da sociedade e da universidade —, de forma a se lograr o desenvolvimento nacional no sentido que propugna o FORPROEX, é potencializado nas ações que se orientam pelas diretrizes de *Interação Dialógica; Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade; e, por fim, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão*. Com esse escopo, as ações de Extensão Universitária surgem como instrumentos capazes de contra-arrestar as consequências perversas do neoliberalismo, em especial a mercantilização das atividades universitárias, a alienação cultural e todas as mazelas que as acompanham.

Nara Grivot Cabral (2012, p.36) defende que “[...] a ideia de uma universidade que esteja aberta às transformações de seu tempo, para que possa redefinir os seus rumos e os seus processos de produção, de

organização e de socialização do conhecimento, não é nova”, portanto, no raciocínio da autora, ganha importância a relação da universidade com a sociedade como um todo, desde as mudanças na formação dos estudantes que se envolvem em atividades de Extensão até as novas práticas adotadas pelos professores a partir da atuação resultante do contato com comunidades, que apontam para a presença ou para a ausência da universidade.

A universidade isolada não colabora para a resolução dos conflitos do cotidiano social. Para que ocorram mudanças, são necessárias trocas capazes de fazer surgir o novo, que é fruto ora do diálogo, ora das disputas/tensões que envolvem a universidade como parte da sociedade. O pensador Juan Diaz Bordenave afirmou que

[...] com efeito, ao interagir com a comunidade, a Extensão Universitária colhe em primeira mão as necessidades dos diversos setores da população em seu contexto real, o qual evita que o estudante se forme exclusivamente no ambiente artificial do claustro acadêmico e assim resulte em um profissional alienado, sem o realismo que o bom desempenho profissional exigiria e com precária consciência social. (BORDENAVE, 2007, p.45)

A persistência em torno do eixo “transformação social” percorre diferentes territórios e encontros de Extensão. Mas, para que ele efetivamente se cumpra, a universidade, em seu interior, deve admitir que apoiar as diversas ações de Extensão — que atuam junto aos diferentes movimentos sociais e culturais — é compromisso institucional e parte do fazer acadêmico, ou seja, da formação dos futuros profissionais. Sem dúvidas, na atual estruturação da universidade brasileira, a Extensão Universitária tem um papel central para transformá-la e oxigenar o seu interior, mantendo a universidade em diálogo permanente com a sociedade, contribuindo para o fortalecimento da identidade cultural, para a redução das diferenças (com a inclusão de pessoas e setores), para a recuperação da dignidade de homens e mulheres marginalizados por diferentes razões, para a preservação dos direitos humanos e para o aperfeiçoamento democrático.

Porém, quando a pergunta é qual é, efetivamente, o papel da Extensão, a complexidade aumenta, porque é preciso entender claramente a missão da universidade na construção da sociedade e, neste contexto muito particular, o papel da Extensão Universitária na formação acadêmica, no crescimento de comunidades, na preservação da cultura e, inclusive, na manutenção do ente público denominado universidade. A transformação está na gênese das atividades universitárias, especialmente da Extensão, que carrega uma visão de mundo — construída no contexto acadêmico — que transforma e se transforma, reforma e se reforma, constantemente. A universidade não pode deixar de ver nem de ouvir as diferentes demandas da sociedade. Talvez seja possível dizer que a transformação é a essência da Extensão. E aqui cabe buscar Darcy Ribeiro (1991, p.22), que pontua:

[...] cumpre perguntar: pode a universidade converter-se em um instrumento de mudança intencional de nossas sociedades? A rigor, devemos responder que não já que as classes dominantes farão todo o possível para impedi-lo. Entretanto, as estruturas de poder não são nunca tão homogêneas e coerentes que consigam impor a vontade das classes dirigentes, a menos que a própria universidade se faça cúmplice delas. Nos dois casos, da universidade voltada à renovação necessária e no da universidade a reboque, a situação será sempre conflitante. No primeiro caso, dados os tumultos provocados pelos interessados em manter o status quo, verão, na universidade, seu principal inimigo. No segundo caso, a universidade será convulsionada pela juventude rebelada contra uma instituição que atraiçoa seus ideais. A opção, como se vê, não é entre a tranqüilidade e o tumulto, mas entre duas ordens de tensão. Cabe ressaltar, entretanto, que os conflitos ativos da primeira ordem de tensões permitem, à universidade, exercer, ao menos, o papel de última instituição oficial onde o povo e a nação podem propor-se um projeto próprio de desenvolvimento autônomo e autossustentado.

Resta a todos nós, integrantes da universidade, fortalecemos a compreensão de que a universidade é um dos setores privilegiados da sociedade e que aquela só pode se aperfeiçoar se conseguir sentir-se integrada e participante da sociedade. Mas é necessário vigilância, particularmente de nossa parte — que estamos e que compreendemos a Extensão como compromisso social e político. Responder por estas demandas é, apenas, uma das tantas contribuições da Extensão Universitária para a transformação social, para a integração e para a soberania de nossos povos, bem como, sobretudo, para a recuperação de um conceito de universidade latino-americana.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE ESTUDANTE DE GRADUAÇÃO

“As atividades de Extensão Universitária constituem aportes decisivos à formação do estudante, seja pela ampliação do universo de referência que ensinam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas que possibilitam. Esses resultados permitem o enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e metodológicos, ao mesmo tempo em que abrem espaços para reafirmação e materialização dos compromissos éticos e solidários da universidade pública brasileira.” (FORPROEX, 2012: 52)

A Política Nacional de Extensão Universitária (2012) aponta, entre as diretrizes da Extensão Universitária Brasileira, o impacto na formação do estudante como fundamental. Para tanto, cada atividade de Extensão deve

possuir um projeto pedagógico que explicita três elementos essenciais: I) a designação do professor orientador; II) os objetivos da ação e as competências dos atores nela envolvidos; e III) a metodologia de avaliação da participação do estudante.

O documento que rege a Extensão Universitária Brasileira assegura que

[...] a qualificação da formação do estudante, por meio de seu envolvimento em atividades extensionistas, depende também, no âmbito interno das universidades, de um diálogo franco e permanente dos órgãos destinados ao fomento das ações extensionistas com os colegiados de gestão acadêmica da graduação e da pós-graduação, de forma a possibilitar a aplicação efetiva das diretrizes de Extensão Universitária e da legislação vigente. (FORPROEX, 2012 p. 53)

Neste sentido e cumprindo o que determina a Política Nacional de Extensão, este texto é uma escrita conjunta, uma vez que está estruturado a partir do depoimento de um estudante e do quanto a atividade de Extensão impactou sua formação:

[...] antes mesmo de eu entrar para a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, eu tive a oportunidade de conseguir trabalhar com alguns professores do curso de Ciências Sociais, na área da Antropologia, em uma pesquisa que abordava a questão quilombola no interior do estado. Posso afirmar, hoje, que eu aproximei a minha atenção também para a universidade (até porque, como qualquer rapaz de origem popular, a universidade, muitas vezes, ainda é algo inalcançável) e, de certa forma, essa ocasião me concedeu a possibilidade de perceber como era possível uma comunicação e um diálogo saudável e produtivo entre o saber acadêmico e o saber comunitário¹³.

13 Depoimento do aluno José Francisco da Silva para a autora.

O depoimento acima dá conta de como o estudante ingressou na universidade já com o olhar da Extensão Universitária. Naquele momento, estava sendo realizado o processo de demarcação de terras de comunidades quilombolas e era necessário que houvesse um laudo antropológico para ratificar algumas questões que asseguravam, àquelas comunidades, os seus direitos de remanescentes. Nessa atividade, o estudante — que, em seu relato, dá conta de ter sido inicialmente voluntário — percebeu que o mundo da universidade não é tão distante, neutro e pomposo quanto ele imaginava.

A realidade de José Francisco não é diferente da maioria dos estudantes que chegam nos mais variados cursos de uma universidade. Se não forem “apresentados” antes ou logo na chegada, poderão concluir seus cursos sem ter experienciado a realidade da Extensão Universitária. Esta é uma realidade que mostra o quanto a indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão necessita ser vigiada, para não permitir que as universidades se fechem entre quatro paredes.

O estudante José Francisco, com quem compartilho esta reflexão, é um jovem negro que retrata exatamente a visão de muitos outros, não somente de origem popular:

[...] antes, eu enxergava a universidade (qualquer ela que fosse) como um ambiente distante e frio da realidade, das pessoas, da vida real. A ideia que eu tinha era que eu não me encaixaria nesse universo tão distante da minha realidade e da realidade das pessoas ao meu redor. Mais do que uma forma de ver o mundo, a priori, para mim, a universidade não contemplava as necessidades reais da comunidade. E, muitas vezes, penso que esse estereótipo do acadêmico é, ainda hoje, erroneamente reproduzido por alguns dos seus membros. (SILVA, 2014)

Entretanto aquele laudo antropológico, aqueles professores, aquele momento de trabalho com as comunidades quilombolas e a universidade a qual eles estavam representando (UFRGS), as formas

metodológicas que eles aplicavam, dominavam e tranquilamente passavam seus conhecimentos foi tão instigante para o estudante que, depois daquela ocasião, ele mudou a sua visão de universidade.

Já em 1918, os estudantes de Córdoba declaravam, em manifesto, o quanto a disposição dos professores é importante para promover mudanças, pois, “se não existe uma vinculação espiritual entre o que ensina e o que aprende, todo ensino é hostil e, por conseguinte, infecundo. Toda educação é uma longa obra de amor aos que aprendem” (Manifesto Liminar, 1981, p. 02). E a presença de um professor orientador na atividade de Extensão é premissa pregada na Política Nacional de Extensão Universitária. É através da Extensão Universitária que a relação dos estudantes com as comunidades e com as atividades de seus interesses específicos se transformam em aprendizado e transformam os envolvidos.

Naquele trabalho, eu entendi que, assim como as pessoas que criticavam, eu havia também estereotipado o universo acadêmico. Havia muito mais a ser oferecido por trás dos muros da universidade do que somente teoria, bastava eu encontrar as formas que mais me adequavam pessoalmente e seguir trabalhando sem me afastar daquela minha realidade (o que sempre foi muito importante para mim). Eu sempre quis contribuir para o avanço da minha comunidade, sobretudo da comunidade negra a qual eu faço parte. Sempre quis ser parte de um processo de transformação para esse público ainda tão esquecido e abandonado. (SILVA, 2014)

É interessante, também, não desconsiderar o fato de que a universidade está cada vez mais aberta a dialogar com os movimentos sociais que se apresentam em determinados contextos históricos. Muitas discussões, que, antes, estavam limitadas ao âmbito dos coletivos ou grupos isolados, foram tomando conta da universidade. Essa demanda se construiu a partir da ocasião em que as trocas de saberes entre a universidade e a sociedade ficaram mais intensas e constantes. Militantes — de diferentes movimentos e de variadas áreas de

atuação — tiveram acesso às universidades, onde as discussões teóricas ganharam novos argumentos embasados nessa diversidade.

As trocas são inevitáveis. O que antes não era de conhecimento geral foi se tornando cada vez mais popularizado dentro da universidade. Hoje qualquer aluno de primeiro semestre, dependendo do curso, alguma vez na sua vida já ouviu falar em comunidades remanescentes de quilombolas, assentados, atividades culturais diversas, agricultura familiar, saúde básica, programas e projetos de Extensão. As teses e os trabalhos acerca desses temas são diversos, amplos e estão cada vez mais presentes na universidade. Esse exemplo comprova o quanto a universidade, assim como a sociedade, renova-se, transforma-se e articula-se. Logicamente, a Extensão Universitária tem papel importante nesse processo de discussão.

O impacto que esse tipo de intervenção extensionista tem na vida de qualquer grupo ou comunidade é algo que não pode ser mensurado com números, dados e estimativas. A mudança que esta relação provoca no estudante também não se mede com números absolutos, mas com aprendizado relatado em depoimentos. O fato de a comunidade universitária — através das suas diversas ações de Extensão — dialogar com sua comunidade externa (além muros) e conseguir responder com ações práticas e concretas denota o quão importante é esse diálogo, capaz de provocar transformações nos estudantes, na universidade e nas comunidades.

Os professores que trabalham com a Extensão Universitária também têm uma forma de pensar muito peculiar, digamos pouco convencional, distantes do perfil “clássico” de professores. O trabalho com a Extensão, o diálogo contínuo com o mundo além muros e o convívio com as pessoas fazem com que esses professores tenham um olhar diferente acerca das formas de conhecimentos. De um mesmo modo, os alunos interessados em trabalhar com a Extensão Universitária também têm um perfil específico. (SILVA, 2014)

Em uma crítica aguda à atuação da universidade brasileira, Demo (2001,143) diz esperar que a “universidade não se torne apenas sucursal do mercado, olvidando seus horizontes educacionais e culturais”. A concordância com o autor, porém, leva a uma outra leitura — a de que a universidade deve permitir, aos seus estudantes, um aporte de conhecimentos que torne possível capacitá-los para atuar na sociedade. Esta atuação deve vir carregada, em parte, pelo aprendizado adquirido no interior da universidade — através dos conhecimentos aportados da grade curricular, em iniciativas de pesquisa — e, em parte, muito especialmente pela atuação na comunidade.

[...] A universidade vai se abrindo para o estudante aos poucos. Com o passar do tempo, as alternativas são imensas e o estudante vai tendo a oportunidade de se familiarizar com o ambiente acadêmico e com os diferentes universos que o compõem. É na vivência cotidiana que o estudante percebe esses diferentes mundos e saberes. (SILVA, 2014)

Dentre as inúmeras atividades no âmbito da Extensão pelas quais o estudante José Francisco teve a oportunidade de conhecer e trabalhar, ele destaca três: I) os cursos de formação com professores, onde o trabalho e o diálogo entre a educação universitária e a educação de base foram muito enriquecedores; II) os trabalhos com comunidades religiosas de matriz africana, que propiciaram produzir e idealizar um documentário acerca das religiosidades afro-gaúchas; e III) os trabalhos contínuos com comunidades negras rurais, sobretudo comunidades quilombolas, onde a troca de experiências e saberes foi muito enriquecedora. Na realidade, foi a partir destes trabalhos que ele reelaborou a forma como encaminharia seu percurso durante a graduação.

Assim, no âmbito da educação antirracista, criou — acompanhado de outros colegas de bolsa e de diferentes áreas — uma revista em quadrinhos capaz de atender algumas das propostas que tratavam da aplicabilidade da Lei 10639/03, a Lei de Educação

Antirracista no Cotidiano Escolar e Acadêmico. Este projeto de Extensão tinha, como proposta básica, trabalhar com professores (de universidades e de redes municipais de educação), seguindo as considerações das aplicações práticas e teóricas desta Lei. Os professores do ensino básico, fundamental e médio tinham a obrigação de aplicar, em sala de aula, concepções diferentes e mais amplas acerca do povo afro-brasileiro, de suas histórias e contribuições, de modo que tais histórias não fossem limitadas somente à escravidão.

O diálogo prévio com as escolas foi muito importante nesse processo. Conhecer a realidade dos professores, dos estudantes e das discussões no âmbito racial que permeavam as escolas foi muito essencial para a compreensão de uma realidade cotidiana diferente dos muros da universidade.

Aprendi, nesse processo, que existem muitas formas de aprendizado. Muitas maneiras de se passar conhecimento e de dialogar com os inúmeros universos que compreendem a construção social. Isso foi fundamental e chave para entender também a Extensão Universitária. É somente a partir do contato com esses universos diversos e heterogêneos que se consegue elevar o conhecimento da própria universidade. Essa cadeia de informações é a base para a compreensão e construção de estudos epistemológicos desenvolvidos dentro da universidade. (SILVA, 2014)

O José Francisco que passou pela universidade é o exemplo do quanto a participação em atividades de Extensão modifica o estudante. A capacidade de se relacionar com o outro, com o diferente, faz com que o estudante — principalmente aqueles que não têm uma vivência anterior — enxergue um mundo além do seu. A Extensão é a possibilidade de transformação, diálogo, conexão e construção de uma sociedade que dialoga e interage não apenas com os seus semelhantes, mas também com os seus diferentes.

Nessas relações de interdisciplinaridade, todos ganham, todos contribuem e todos (se) transformam, contribuindo para que o aprendizado ganhe força, renove-se e multiplique-se. Nesse processo, é interessante notar como o pensamento do estudante vai se modificando em relação ao mundo em sua volta. Na realidade, a Extensão Universitária é uma escada rolante, onde, em uma ponta, temos o indivíduo e, na outra ponta, temos o universo social. A Extensão Universitária, na teoria e na prática, é a escada, é o catalisador que, sempre que alcança o indivíduo, leva-o para um outro lugar. Um lugar diferente. A Extensão se renova sempre. Ela está sempre acompanhando os processos sociais que se transformam. Decorre desse constante mover-se. Devido à sua prática que se torna difícil quantificar os resultados de uma atividade extensionista.

Assim que eu entrei como bolsista na Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS, tive a oportunidade de trabalhar em um departamento onde eu pude participar de inúmeros cursos, formações, seminários, atividades e encontros de Extensão. Nessas experiências, tive a oportunidade de trocar informações com estudantes de outras universidades (públicas e privadas). Observei como estes estudantes trabalham e percebem o mundo a sua volta. Em muitas ocasiões, percebe-se que os estudantes, de uma maneira geral, atingem os seus objetivos e se sentem contemplados pela forma de trabalhar da Extensão Universitária. Nesses casos, iguais a mim, somente a Extensão consegue suprir as suas necessidades e formas de trabalho em determinadas áreas. A forma de viver e ver o mundo a sua volta transforma-se e ressignifica-se, da mesma maneira que ocorreu comigo. (SILVA, 2014)

Assim, a Extensão Universitária tem o poder de impactar não somente o aluno, mas também a sociedade e a própria universidade. Essa riqueza tem-se de sobra. As relações entre a comunidade e a universidade se modificam com a Extensão. Não somente o

aluno, então, modifica-se, mas todo um conjunto de pessoas, relações sociais e individuais que dialogam entre si com constância. O espaço da universidade, quando se abre para as suas atividades de Extensão, transforma-se.

Uma recordação que tenho de um dos meus trabalhos com a Extensão foi quando tive a oportunidade de trabalhar com comunidades quilombolas do interior do RS, através de um programa conhecido, na universidade, como “Programa Convivências”. Nessa ocasião, passamos uma semana direto dialogando com uma comunidade no interior do estado. Os quilombolas estavam todos muito satisfeitos em trabalhar com a universidade, o que tornou a troca de saberes e de conhecimento muito gratificante, no fim, para todos. (SILVA, 2014)

Os programas que levam estudantes a conviver com comunidades, realizando o que denominamos de “vivências”, são significativos e demonstram bem a prática extensionista, pois os estudantes ficam ansiosos para colocar em prática as suas habilidades. Cada um tem a ânsia em aplicar o seu conhecimento, a sua forma de viver o mundo acadêmico e praticar esse conhecimento na comunidade. Por outro lado, a comunidade também é ansiosa para ensinar, aos estudantes, a sua cultura, a sua forma de viver o mundo a sua volta. O aluno José Francisco relata a vivência em uma Comunidade Quilombola:

[...] nesse contexto, muitos estudantes se apaixonam. Primeiro, eu pensei que tivesse sido com os quilombolas, que nos trataram como seus filhos. Com o passar do tempo, eu percebi que o que apaixonara os extensionistas nessa oportunidade foi justamente o trabalho da Extensão Universitária e as possibilidades que ela oferece. (SILVA, 2014)

Depois de uma atividade de vivência, muitos estudantes voltam para aprofundar seus conhecimentos teóricos, cada qual em seu curso, mas sempre envolvidos pela atividade de Extensão. Como eles podem aplicar, numa ação direta, aquilo que eles aprendiam em sala de

aula? Muitos seguem trabalhando nesse meio. Do lado dos quilombolas, também ocorre uma transformação. As relações entre a universidade e aquela comunidade se estreitaram. Sempre uma auxiliando a outra. As áreas do conhecimento acadêmico que podem colaborar com uma comunidade quilombola são imensas. A troca de saberes e o aprofundamento cultural que a universidade recebe — a partir do retorno de seus alunos e professores — significa mudança de comportamento, novas pesquisas e um ensino mais revigorado.

Entre as tantas críticas feitas à Extensão Universitária, está aquela que aponta a dificuldade em avaliar os impactos de toda e qualquer atividade da universidade realizada fora dos muros institucionais — evidentemente, fruto de um modo de pensar produtivista e conservador, não da importância da relação universidade/sociedade. Assim é, também, quando se trata da formação.

Atuando em programas ou projetos de Extensão, os estudantes agregam, à sua formação, um conteúdo abrangente e testado, inovador pelo acúmulo que adquirem no contato com as comunidades, com os grupos vulneráveis, com os indivíduos em situação de risco e com a diversidade cultural, assim como apontou José Francisco a partir de sua experiência em comunidade quilombola:

[...] aquele trabalho com aquelas comunidades remanescentes de quilombolas — aplicado e dialogado ao saber acadêmico, metodológico e científico e que teve um retorno não somente para eles, mas também para a universidade — foi um laboratório essencial para que eu pudesse ter vontade de pertencer ao Universo acadêmico. (SILVA, 2014)

A vivência e experiência na Extensão Universitária possibilita, ao estudante, reavaliar os caminhos que seguirá tanto no seu curso — onde a forma de produzir academicamente possibilita criar excelentes trabalhos e não só objetiva, como também foca na área específica de conhecimento que resolve seguir — quanto nessa vivência, que fornece a oportunidade de se relacionar com a comunidade acadêmica de uma maneira mais ampla e aprofundada.

[...] O universo extensionista não poderia ser mais rico. Rico em criatividade, em vontade, em dedicação e em empenho. Além disso, ele não gira em torno dele mesmo ou em torno da própria universidade. Ele cria novos espaços, novos ambientes. Ele é capaz de reconstruir a realidade tanto social como individualmente. (SILVA, 2014)

A Política Nacional de Extensão orienta que, para além da riqueza do aprendizado, é necessário o estabelecimento de regras relacionadas ao campo de estágio, à composição de grade curricular, à correlação entre carga horária e créditos atribuídos ou entre previsão de cronogramas de disciplinas e regras disciplinares. Um caminho ainda a percorrer.

A Extensão Universitária afirma, acima de tudo, que a comunidade acadêmica não pode e não precisa estar fechada consigo mesma. Ela necessita se expandir. Ela tem esse papel e esse dever. Acima de tudo, ela sobrevive e se recria a partir do contato com essa diversidade, que é apresentada no mundo fora da universidade. A partir deste contato, o mundo, em si, transforma-se, recria-se. As pessoas também se tornam outras. Tornam-se atentas com o que ocorre socialmente em sua volta. Independentemente da sua área de atuação (seja exata, seja humanas), o estudante universitário, ao viver a experiência da Extensão, transforma-se, consegue atuar no seu trabalho de maneira muito mais consistente.

Por essa razão, é de extrema importância que ele tenha essas experiências para conseguir se destacar no mercado profissional. É imprescindível lembrar a Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação, que propõe “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de Extensão Universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para as áreas de grande pertinência social”. As relações construídas entre as pessoas na atividade extensionista é o que possibilita, ao estudante, compreender outras realidades, outros saberes, outros olhares. O impacto da Extensão na vida (acadêmica, profissional e pessoal) do graduando é necessário.

Nesse processo, o estudante é o ser social apto a fortalecer a Extensão Universitária. As novas ideias, as novas teses, os novos trabalhos e também a construção de novas teorias (a partir das vivências e experiências desses estudantes) é o combustível necessário para o fortalecimento do papel da universidade pública brasileira. A universidade tem uma tarefa essencial nesse contexto. A legitimidade formal é ela quem produz. É esse saber acadêmico e teórico que é necessário para uma construção bilateral entre esses saberes, que, a priori, parecem tão antagônicos.

Para José Francisco, conhecer a Extensão Universitária e, de certa maneira, contribuir para a Extensão Universitária foi um divisor entre o antes e o depois. Ter a oportunidade de atuar na Extensão Universitária mudou a forma como ele escolheu seguir na profissão. As diversas atividades das quais participou enquanto estudante possibilitaram rever o caminho acadêmico, profissional e também pessoal.

Assim, a Extensão Universitária transforma as pessoas que com ela trabalham. Muitos aspectos dessa transformação não são mensuráveis. Os aspectos transformadores estão nos detalhes, no contato, na aplicação metodológica dos conceitos e termos aprendidos no trabalho extensionista. O papel da Extensão Universitária como agente transformador e dialógico é essencial para a universidade. A Extensão mantém ela viva, aberta a novos conhecimentos e conceitos, além de ter o papel de transformar o estudante.

O impacto dessa transformação em mim foi tão grande que, hoje, eu não consigo sequer imaginar continuar a minha vida acadêmica (mestrado, doutorado, etc) sem continuar a contribuir com a Extensão. E essa contribuição durante a minha graduação se deu de maneira prática. (SILVA, 2014)

Nesse ponto, é fundamental entender que não existe contradição nem antagonismo entre o teórico e o prático. Ao trabalhar com a Extensão Universitária, percebe-se que teoria e prática andam juntas, estão em constante diálogo, contribuindo para a renovação e para o desenvolvimento da universidade e da sociedade como um todo.

A UNIVERSIDADE BRASILEIRA E SUA INSERÇÃO SOCIAL¹⁴

“La universidad pública es entonces un bien público permanentemente amenazado, pero no hay que pensar que la amenaza proviene solamente del exterior, porque ella proviene también de interior”.(Boaventura de Sousa Santos, 2010 p. 70)

14 Artigo original foi publicado no livro Los caminos de la extensión en América Latina y el Caribe. 1ªed. La Pampa: EdUNLPam, 2017, v. 01, p. 77-91. Escrito em colaboração com Regina Lúcia Monteiro Henriques, Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Faculdade de Enfermagem.

Pensar sobre a universidade na atualidade requer um conjunto de ferramentas que nos permitam compreender a sua inserção em um mundo em constante mudança e, ao mesmo tempo, criticar os modos como a universidade vem acompanhando estas modificações, adaptando-se e até produzindo uma acomodação ao *status quo*. O distanciamento da universidade pública brasileira do cotidiano da sociedade — ignorando os princípios de Córdoba, bem como se afastando dos ensinamentos de Paulo Freire e Darcy Ribeiro — determina uma universidade asséptica, isolada e descompromissada.

A Extensão Universitária, ao longo dos anos, tem se constituído em um *lócus* de diálogo e interação da universidade com outros espaços sociais. Quais são os fazeres da universidade e que tipo de relação estabelece com a sociedade são indagações necessárias para compreendermos se a universidade, efetivamente, cumpre os compromissos explicitados no conceito de Extensão que vem sendo construído¹⁵. É preciso deixar claro que Extensão e intervenção são procedimentos opostos. Enquanto a Extensão compartilha, acolhe e recolhe saberes, a intervenção explora, intervém e impõe certos conhecimentos.

A universidade no Brasil apresenta múltiplas faces em sua inserção social. Para se repensar a universidade, devemos partir de questões norteadoras, como qual papel a Extensão Universitária vem assumindo nas atividades relacionais da universidade tanto com outros setores quanto com movimentos da sociedade e quais são os dilemas e os paradoxos presentes no atual contexto ético-político.

15 “É um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012, p.42).

Marcos da mudança no papel da universidade na América Latina

Os acontecimentos de Córdoba e a elaboração do Estatuto das Universidades Brasileiras, já mencionados anteriormente, devem ser considerados os primórdios da Extensão Universitária na América Latina. Em 21 de junho de 1918, os estudantes daquela Universidade trouxeram, a público, o manifesto que reivindicava a abertura e a atenção da academia para as questões sociais. A Universidade de Córdoba deveria aprimorar seu cunho extensionista e se voltar para fora dos muros; incluir a gratuidade do ensino superior; criar mecanismos que assegurassem a autonomia universitária, o ingresso público para a carreira docente e as eleições diretas para a reitoria. Foram reivindicações cruciais — que apontavam algumas questões para alcançar mudanças na universidade e no ensino universitário — que nos conduziram para uma universidade democrática e comprometida socialmente.

No Brasil, o marco é 1931, quando se deu a elaboração do *Estatuto das Universidades Brasileiras*.¹⁶ Ao definir o conceito de Extensão, o documento parecia desconhecer a contribuição do manifesto de Córdoba, aproximando-se da concepção norte-americana de Extensão, que acabou se tornando uma das nossas maiores influências. A Extensão, que era vinculada à necessidade estrita de crescimento econômico, tinha o objetivo de difundir conhecimentos técnicos e científicos — o que se oferecia por meio de cursos e assistência técnica para atender as áreas rurais, identificadas como lugares atrasados, mas fundamentais para o desenvolvimento do país. As instituições que surgiram após o Estatuto não asseguraram à Extensão Universitária um papel mais relevante.

Entre as décadas de 1960¹⁷ e 1970 — com as ditaduras civis-militares na América Latina e, muito particularmente, no Brasil, bem como com o entendimento que a Extensão Universitária, pelo seu caráter emancipador, poderia ser um risco aos regimes impostos —, a Extensão Universitária foi relegada a um plano secundário, reconhecida

16 BRASIL. Decreto n. 19.851 de 11 de abril de 1931. Estatuto das Universidades Brasileiras.

17 Em 1961, a Lei 4.024 - Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional faz referência à realização de cursos de especialização, aperfeiçoamento e Extensão no Artigo 69.

apenas em seu caráter assistencialista. É também neste período que se difunde a ideia de que as universidades públicas deveriam intervir nas comunidades que se encontravam em maior vulnerabilidade social¹⁸.

A “*prática sócio-comunitária*”, conforme era definida a Extensão Universitária naquele período, passou a ser desenvolvida nas universidades de forma eventual, não fazia parte do currículo universitário e se encontrava distante das questões cotidianas. Dentro da estrutura universitária, a Extensão se configurava como o local onde se depositava tudo aquilo que não era considerado Ensino nem Pesquisa. Percebida, desta forma, como pouco influente nos modelos de formação vigentes e com pouca potência para transformação desses modelos. Considerada, pela quase totalidade da comunidade acadêmica, como ação sem metodologia, que teria seus saberes próprios caracterizados como inferiores na hierarquização de saberes hegemônica, pois havia uma hierarquia que colocava os conhecimentos acadêmico e científico no topo, vindo, abaixo, os conhecimentos técnicos e, por último, aquele oriundo da população em geral.

Foi também entre os anos 1960 e 1970 que as ideias e as práticas advindas do trabalho de Paulo Freire fundamentaram uma série de ações extensionistas, não apenas no Brasil¹⁹. A educação popular deu seu impulso calcada em movimentos importantes, como o Movimento de Cultura Popular, criado inicialmente no Recife, depois estendido a várias outras cidades do interior de Pernambuco; a Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, surgido em Natal; o MEB - Movimento de Educação de Base, criado pela CNBB - Conferência Nacional de Bispos do Brasil; o CPC - Centro Popular de Cultura, ligado à UNE; e a CEPLAR - Campanha de Educação Popular da Paraíba. O reflexo se deu nas décadas seguintes, com o processo de discussão sobre a Extensão Universitária brasileira como prática política que estimula,

18 A Lei 5.540 - Lei Básica da Reforma Universitária de 1968 assume a indissociabilidade entre as atividades de Ensino e Pesquisa e registra que as instituições deverão possibilitar aos estudantes, por meio de atividades de Extensão, participar de “programas que visem à melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral de desenvolvimento” (art.40).

19 Na atualidade, é importante lembrar os estudos do pensador e educador popular Oscar Jara, que trata da sistematização de experiências.

reconhece e valoriza a troca de conhecimentos. As ações advindas das reflexões freireanas estimularam o caráter militante e formativo da Extensão, buscando estabelecer laços de continuidade e reconhecimento dos saberes dos diversos atores sociais.

Vale destacar o surgimento, no mesmo período, do Projeto Rondon — criado em 1967 e com forte atuação durante as décadas de 1970 e 1980, tornando-se conhecido em todo Brasil. Com o lema “*Integrar para não entregar*”, próprio dos anos de governo civil-militar, o projeto Rondon configura-se como uma ação importante para o debate polarizado do dilema “Extensão ou intervenção”. No final dos anos 80, o Projeto deixou de ser prioridade no Governo Federal, sendo extinto em 1989. Em 2005, já com uma nova roupagem, o Projeto Rondon voltou a figurar na pauta dos programas governamentais, sendo atribuída a sua coordenação ao Ministério da Defesa. Hoje, o Rondon encontra-se em processo de consolidação, com uma procura cada vez maior tanto pelas universidades quanto pelos universitários, configurando-se como um momento de presença dos estudantes em comunidades muito distantes de suas origens. Mas cabe o questionamento acerca da natureza desta ação, considerando que a permanência dos estudantes se dava por um período curto de tempo e sem perspectiva de retorno posterior — havia, portanto, um descolamento de alguns dos princípios norteadores da Extensão Universitária.

A década de 1980 foi o período de maior fortalecimento da sociedade civil em oposição ao regime autoritário brasileiro instalado em 1964. A organização política dos movimentos sociais se deu, principalmente, em direção ao protagonismo na defesa dos seus interesses. A universidade passa a ser questionada e tencionada pelos movimentos sociais. Contudo, no interior da universidade, havia, também, efervescência e muitos dos atores dos movimentos por mudanças estavam travando embates em busca de transformações na estrutura conservadora das mesmas. Muitos dos protagonistas de movimentos sociais se colocaram em defesa da democracia e foram responsáveis pela estruturação da concepção da Extensão Universitária que se pretendia alcançar. As ações extensionistas passaram a

ser regulamentadas e vêm proporcionando um debate permanente entre o fazer da Extensão e a atuação interventora da universidade em determinadas comunidades.

Isto convoca a pensar sobre a importância de se conhecer o modo como se concretiza a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, princípio fundamental na constituição da especificidade de instituições de ensino superior. Parte-se do pressuposto de que a Extensão Universitária parece se constituir em uma atividade acadêmica que expressa sua importância na capacidade de imprimir um novo rumo à universidade brasileira, o que traz à luz diferentes contribuições significativas acerca de como as mudanças estruturais podem acontecer na sociedade.

Por essa mesma razão, a política de formação profissional ganha destaque, principalmente no que diz respeito à responsabilidade de formar profissionais comprometidos com os processos de transformação da sociedade.

Por ser assim, estamos, também, em uma relação cujo sentido e cujas dinâmicas nos remetem aos processos de formação humana que se compõem, entre outras de suas vigas, das possibilidades do aprender e do ensinar, do transmitir e do apropriar-se dos conhecimentos e saberes existentes, sejam eles dos campos disciplinares, sejam dos outros tipos de conhecimentos e saberes socialmente produzidos, selecionados e distribuídos. Conhecimentos e saberes a serem apresentados e interrogados, não como algo acabado e natural, mas dinâmico. Historicamente construídos pelo trabalho e pelos agenciamentos de longas cadeias de grupos e gerações humanas no jogo das forças, dos conflitos e das tensões sociais. Saberes e conhecimentos vindos das escolhas e contingências em que foram sendo criados, mediante os quais o mundo foi sendo reinventado em pensamentos, ideias e palavras, foi sendo simbolizado e sistematizado, foi sendo grafado, nos tempos e espaços da vida cotidiana, tanto quanto nos largos e longos espaços e temporalidades das durações históricas. (TEIXEIRA, 2007, p. 431)

Sentidos atribuídos à Extensão na universidade e na sociedade

Os princípios que regeriam a Extensão Universitária pós-ditadura civil-militar foram debatidos e elaborados no I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, realizado em novembro de 1987. As representações das 33 universidades presentes criaram o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas e definiram que: “a Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade”. Desde então, o Fórum passou a pautar o debate sobre as formas de institucionalização, financiamento e valorização da Extensão Universitária, buscando identificar traços essenciais da relação entre a universidade e a sociedade.

A partir de 1988, o “princípio da indissociabilidade” entre Ensino, Pesquisa e Extensão foi inserido na Constituição²⁰, fundamentando ainda mais a importância da Extensão Universitária. A relação dialético-transformadora — proposta a ser cumprida no trânsito entre a universidade e a sociedade — tenciona a abertura de espaço para as forças sociais que buscavam as arenas de representação dos seus interesses no ensino superior. Foram anos de construção, embates e ajustes de uma caminhada brasileira pelo fortalecimento da Extensão Universitária e de aceitação de uma trajetória de universidade.

A caminhada continua com passos largos, especialmente em três quesitos: I) institucionalização; II) financiamento com apoio institucional do governo federal e de alguns estados; e III) internacionalização da Extensão. O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, depois de alguns anos de debate, publicou, em 2012, o documento denominado “Política Nacional de Extensão”, contendo conceitos e diretrizes da Extensão Universitária.

É importante contar com programas e linhas de financiamento satisfatórias e de forma contínua, seja através da inserção na matriz orçamentária das instituições de ensino superior, seja através do au-

20 Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

mento dos aportes do Ministério da Educação, seja via inclusão na agenda das agências governamentais. Porém a questão do financiamento acaba por ser portadora de outras contradições. Os avanços nos editais têm sido na direção de incidir na superação dos principais problemas sociais, de contribuir para a inclusão de grupos minoritários, de inovar e transferir conhecimentos. Não dá para negar que o aporte de recursos para a Extensão Universitária contribui para o seu crescimento. No entanto é preciso ter clareza que, em muitos casos, valores consideráveis de financiamento deixam de lado o papel da Extensão enquanto parte pedagógica e política da universidade, dando lugar para intervenções pontuais realizadas com os recursos disponíveis.

Ainda no âmbito das ações governamentais que favorecem a Extensão Universitária Brasileira, destaca-se o Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência 2014-2024, que, entre suas estratégias, aponta para a inserção da Extensão nos cursos de graduação²¹, o que implica em um repensar da formação universitária. Compreender este momento exige levar em conta a história da universidade — com suas prioridades e seus compromissos —, bem como a missão da Extensão, com sua trajetória e valorização. A Extensão Universitária vem demonstrando o seu valor no processo recente de desenvolvimento do país — embora ainda pouco reconhecida pela sociedade brasileira como processo fundamental para a articulação entre o Ensino e a Pesquisa — e no incentivo de geração de renda e de conhecimento.

Em praticamente todas as instituições de ensino superior, são desenvolvidos projetos, programas ou ações extensionistas. Pequenas e distantes comunidades, assim como setores excluídos por renda, cultura ou raça, encontram, na universidade, através da Extensão Universitária, uma forma de inclusão. Ao se distanciar destes compromissos, a universidade se encolhe, fecha-se entre suas grades invisíveis, não permitindo germinar, em seu interior, sementes que produzam frutos. Observam-se mudanças significativas na própria sociedade brasileira, seja através da exigência por melhor qualidade de vida, seja através de uma maior participação no processo de decisão. Estas

21 “Estratégia 12.7: Assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de Extensão Universitária”.

questões se refletem nas práticas da academia e de gestão, gerando um certo “*desacomodamento*” no interior das instituições. A mais aguda dificuldade está na disputa interna das forças hegemônicas instaladas nas universidades. A cultura institucional dominante torna estas instituições assépticas, por vezes isoladas e de costas para o seu entorno.

A atividade extensionista, como de resto boa parte das iniciativas acadêmicas, não está livre de conflitos internos e incompreensões externas sobre objetivos, teorias, metodologias e públicos das suas práticas. Os obstáculos são muitos. Poucos são aqueles que reconhecem o período privilegiado em que se vive o “*fazer extensionista*” e da sua importância na retomada de um pensamento latino-americano de universidade, capaz de se apresentar ou apresentar proposta para um projeto de sociedade. O problema é mais grave, pois são recorrentes as afirmações de que o ensino que nossas universidades ministram tem qualidade e competência. Há sempre uma citação sobre as pesquisas de nível internacional realizadas nos laboratórios e programas de pós-graduação, mas, quando se trata da Extensão, ainda surgem as interrogações: o que é mesmo? Para que serve? Qual o valor que tem no currículo? Estes questionamentos apenas refletem os debates que vêm ganhando espaço e que são complexos, porque assim são os processos no interior das instituições de educação superior. Estas questões não são exclusivas da Extensão Universitária. A própria universidade está sendo questionada. Os ensinamentos de Paulo Freire e Darcy Ribeiro são essenciais para refundar a universidade pública brasileira no sentido de sua essência e de sua prática não só amorosa, mas também trabalhosa.

A ausência nos debates, nas plataformas eleitorais internas e nos discursos oficiais sobre grau de envolvimento da universidade com a sociedade transformam-se em dados perigosos para sua omissão. Esse fato poderia ser indício de que esta é uma diretriz tão importante que já nem precisa ser mencionada. Entretanto esta ausência nos discursos aponta para alguns dos dilemas presentes no debate sobre a Extensão Universitária e sobre a inserção social da universidade. Quando há envolvimento e quando há apenas uma intervenção? Mas

qual é mesmo o grau de envolvimento da universidade com a sociedade? O quanto elas são importantes na articulação de grupos visando à geração de renda, oferecendo programas culturais de grande impacto e de forma gratuita para a população? Qual o impacto que a universidade causa na formação dos estudantes e nas comunidades? Qual o perfil dos profissionais que são formados e ingressam no mundo do trabalho? Certamente, nem mesmo aqueles que se dedicam a fazer Extensão refletem sobre estes temas com a urgência que eles requerem. É preciso sair do reducionismo do permanente lamento da falta de recursos e impregnar-se do sentido político e formativo da Extensão; da compreensão sobre o quanto nossa maneira de ensinar deve levar em conta as demandas da sociedade; e sobre quando a distância entre a teoria que pregamos será igual a nossa prática no trato dos nossos interlocutores.

Apesar de todo o acúmulo das produções sobre Extensão Universitária, percebe-se que ainda há necessidade de maior disseminação desses debates, de definições e de contextualizações acerca de seu potencial, bem como de sua efetivação como uma política para a educação, no que concerne ao incentivo e ao investimento para sua consecução. Dessa forma, melhores serão as condições de compreender por quais mecanismos transitam os diferentes saberes e como isso afeta a própria estrutura acadêmica das universidades, com suas relações de poder e suas estratégias, estabelecidas pelos diferentes atores desse processo, em seu fazer cotidiano para a produção e para a valorização do conhecimento produzido por eles.

Estes questionamentos, por outro lado, demandam, para a Extensão, a definição de novas metodologias de ação e inserção social que visem à criação de mecanismos de interatividade entre o que se produz na universidade e as necessidades dos diversos segmentos da sociedade, bem como a elaboração de teorias que fundamentem os objetivos a perseguir, a definição de indicadores de aferição das ações realizadas e a criação de instrumentos para a implantação de sistemas de informação e gestão que garantam condições de perenidade das iniciativas. A indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão precisa ser entendida para além de um discurso superficial de sentido. Atualmente, pode-se afirmar que está assegurada apenas sobre uma

estrutura — a estrutura da Extensão Universitária. Basta uma simples observação: tem pesquisador que pesquisa e que ensina; tem quem, dentro da universidade, atue só no Ensino. Porém quem faz Extensão também pesquisa e ensina. Não há — pela própria organização do trabalho docente nas universidades públicas brasileiras — professores fazendo apenas Extensão.

Retorno aos questionamentos e dilemas

Um imenso e quase intransponível desafio é a visão, por parte de gestores universitários e governantes, de que a Extensão Universitária não é uma tarefa menor da universidade. Como não é um “*fazer enquadado*” através do qual se encontra imediatamente o resultado, a Extensão Universitária se descola do discurso fácil e das estatísticas, dificultando, assim, a sua compreensão dentro da estrutura vertical de universidade. Por apresentar as mazelas e as riquezas da instituição universitária — cujo capital é a geração de um conhecimento capaz de dar conta do bem viver da sociedade —, a Extensão Universitária impede que se esconda a realidade. Como são muitas as atribuições da Extensão Universitária, também são muitos os “*fazer*es” da universidade que são alocados na Extensão, embora, muitas vezes, não possuam nenhum atributo extensionista.

Para cumprir dispositivos legais, as universidades brasileiras devem inserir as atividades extensionistas na grade curricular dos cursos de graduação e regulamentá-las como prática acadêmica. O potencial educativo e formativo da Extensão deve ser inserido de modo qualificado no projeto pedagógico universitário. A partir da aprovação do Plano Nacional de Educação, passa a ser necessária uma nova e decisiva intervenção no interior das universidades, para cumprir com a proposta que efetivamente vai modificar a formação universitária. Da mesma forma, é necessário que os processos e instrumentos de aferição das universidades passem a contemplar as ações de Extensão. Ou seja, torna-se urgente não só que a avaliação da qualidade e que o status de excelência da universidade levem em consideração a sua importância na sociedade, mas também que haja

a incorporação da avaliação em todos os níveis de gestão, investigação e docência, para que não sejamos denominados “*voluntários*” ou “*militantes*”, mas integrantes de uma instituição cuja missão deve ser o compromisso com as principais causas nacionais.

A reflexão que se faz reconhece os avanços da Extensão Universitária, muito particularmente no Brasil. As iniciativas de financiamento consistente — que valorizam a relação universidade-sociedade — são fundamentais tanto para a consolidação destas ações quanto para o reconhecimento do papel potencial que a Extensão aporta nas universidades. O estudo acerca destas questões poderá nos ajudar no enfrentamento dos desafios apresentados na atualidade, para que se tornem degraus do avanço — dentre estes, a melhoria da qualidade do Ensino e o fortalecimento da relação entre a universidade e a sociedade, tornando a universidade uma instituição que se faz necessária para a sociedade. Certamente o grande desafio que se coloca é a aceitação, por parte da própria universidade, de que é essencial o fortalecimento dos vínculos com a sociedade. A cada dia, mais professores e estudantes estão integrados na Extensão Universitária — inovando, provocando, gerando novos conhecimentos, trazendo demandas que criam novos olhares para quem, na gestão da universidade, pensa que não está sujeito a nenhuma mudança. Este novo cenário estabelece um momento crucial, denso, tenso e intenso, pois está em marcha uma silenciosa reforma universitária, calcada nas demandas, nos avanços e nos desafios apresentados pela Extensão Universitária.

IMPACTO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: O PAPEL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA²²

“Feliz aquele que transfere o que
sabe e aprende o que ensina.”
(Cora Coralina, 1983:136)

²² Artigo com modificações - foi publicado no livro *Princípios da Extensão Universitária: contribuições para uma discussão necessária* p.93-107 Ed. CRV 2017.

O artigo faz uma reflexão sobre a presença da universidade — muito particularmente da Extensão Universitária — na comunidade. Trata, portanto, de uma das diretrizes da Extensão: *Impacto e Transformação Social*, que parte de experiências e depoimentos para melhor compreender o quanto a universidade tem a contribuir com o desenvolvimento de diferentes comunidades e o quanto a presença da Extensão Universitária pode mudar o destino de homens e mulheres em diferentes locais.

Qual é realmente o impacto que a atuação da universidade causa em uma comunidade? Que transformações a presença de ações universitárias determinam nos territórios em que atuam? Quando a ação da universidade é transformadora?

A presença da Universidade Federal do Rio Grande do Sul na Ilha da Pintada, Bairro Arquipélago, é a realização de um sonho, pois veio somar esforços de algumas ações que estavam planejadas no papel há muito tempo, apesar de termos buscado muitas parcerias para que estas ações se tornassem realidade. Com a presença da universidade, foram se agregando novos conceitos e valores, ao se somar a teoria com a prática, experiências inéditas, porque trouxeram muitas reflexões, especialmente quanto ao resgate histórico das ilhas. (Teresinha Carvalho da SILVA, 2013) ²³

A manifestação da líder comunitária sobre a atuação da Extensão em uma ilha no entorno da cidade de Porto Alegre - RS não serve apenas para responder as perguntas que iniciam esta reflexão — é uma declaração fundante sobre o papel transformador de uma ação extensionista, sobre o quão complexo é o cotidiano de homens e mulheres, independentemente do território.

Ouso dizer que a Extensão é transformadora quando articula o “fazer” da sala de aula — leia-se Ensino — com a Pesquisa, levando este acúmulo para a sociedade, onde recolhe contribuições, mudanças, novos olhares e, até mesmo, críticas ao trazer este novo aprendizado para o interior da universidade. Pois de que outra forma pode haver

23 Líder comunitária em depoimento durante um evento de Extensão em 2013.

um franco diálogo entre duas visões de mundo? São duas porções da mesma sociedade — indivisíveis, é verdade, apesar de usualmente diferenciarmos a comunidade acadêmica do “público em geral”. Essa diferenciação é fruto da transformação, pois tudo se transforma. Então, se tudo se transforma, qual o propósito de discutirmos o papel da Extensão Universitária na transformação social? Justamente pelo fato de o papel transformador da Extensão ser complexo e multidimensional, ou seja, a transformação social através da Extensão se dá em vários aspectos e várias dimensões diferentes.

Uma das tarefas mais preciosas confiadas à universidade é a interação com a sociedade. Essa pode ser considerada uma primeira dimensão — direta e imediata —, que atinge todos os atores envolvidos. Não há lado forte nessa relação, todos se transformam mutuamente no processo: cidadãos, sociedade, alunos, instituição e até mesmo o próprio processo. Não poderia ser diferente: em relações vivas e orgânicas — como as estabelecidas através da Extensão Universitária —, a transformação é inerente à própria existência. Mas que transformações acontecem? Temos controle sobre essas transformações? Outra vez, a manifestação da líder comunitária aponta o caminho:

[...] acreditamos que a universidade possa trazer, ao Ilhéu, maior autoestima e, a partir de então, acontecerá o desenvolvimento Econômico Sustentável tão desejável; a geração de renda - o Artesanato na Rota do Turismo - Copa 2014 - Visitantes interagindo com o Museu; e o Atelier Art escama passa a fazer a recepção do Turismo criativo, onde cada turista poderá visitar os artesanatos, produzindo e modelando a escama de peixe, que vai ser o carro chefe de todo o trabalho da universidade. Assim pensamos!. (Teresinha Carvalho da SILVA, 2013)

A Extensão Universitária representa a troca de necessidades e de benefícios entre a universidade e a sociedade. Ambos são beneficiários por meio de projetos, convenções e reuniões, melhorando a qualidade de vida na região onde a universidade atua. A universidade, no cumprimento de sua responsabilidade social, promove o processo de comunicação cultural com a sociedade, o que fica explicado na manifestação da professora Gema Piccinini:

Eu sempre acreditei e, a cada dia vivido em comunidade, sinto que a universidade alimenta-se, renova-se e vivifica através do Ensino e da Pesquisa, mas A TRANSFORMAÇÃO se OXIGENA nas atividades compartilhadas no cotidiano das pessoas comuns, no milagre de sua sobrevivência nas periferias urbanas, políticas e sociais. A universidade, percebendo isso, sintoniza com os movimentos de educação popular, aumentando a esperança no seu IMPACTO transformador, juntando, em uma grande rede, todo o conhecimento e todas as práticas existentes. Viver comunidade é a sensação que tenho de estar cumprindo (com prazer) meu dever cívico de compartilhar, com as raízes, o conhecimento que a universidade me deu. (Gema Conte PICCININI ,2013)²⁴

A comunidade universitária interessada na produção de conhecimentos que sejam resultados do diálogo encontra, no conceito e na prática de Extensão, o dispositivo institucional que dá suporte para ações transformadoras. Do mesmo modo, grupos organizados da sociedade também buscam parcerias com as universidades, na expectativa da resolução de seus problemas. É razoável pensar que as demandas dos grupos sociais — oriundos das escolas públicas, autodeclarados negros e indígenas — por acesso ao ensino superior, plasmadas a partir da virada do século XXI, são resultados, também, daquele processo que iniciou com a defesa da democracia e dos compromettimentos assumidos por parcelas dos integrantes da comunidade universitária em meados dos anos 80.

Nesse sentido, a política do Governo Federal com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a partir de 2008, tem se voltado para a expansão do acesso e da permanência dos estudantes. O principal objetivo do REUNI foi dobrar, o número de estudantes nos cursos de graduação em dez anos. Porém as universidades federais que aderiram ao Programa propiciaram um aumento do número de vagas e também ampliaram o número de cursos noturnos, todavia precisam reduzir os custos por

24 Coordenadora do Programa Ilhas do Conhecimento e do Projeto Bacatelas.

aluno, combater a evasão e buscar mecanismos para a flexibilização dos currículos — essa questão abriu novos horizontes para a inserção das atividades de Extensão e possibilitou um novo olhar sobre a universidade. Os obstáculos são muitos, mas a universidade se transforma quando os próprios estudantes reconhecem os avanços em suas formações advindos da prática extensionista.

O contato com um universo diferente — que geralmente parece tão fora da realidade deles, distante —, com nossa presença, pode se tornar MAIS POSSÍVEL, incluindo o mundo da universidade. Talvez isso possa alimentar sonhos nos jovens com os quais vivenciamos a Extensão em 2013 da comunidade, através do Ilhas de Conhecimentos, para que eles percebam que o mundo da universidade também é para eles. Essa vivência, para nós acadêmicos, fez com que fossem percebidos outros e muitos conhecimentos existentes e tão importantes quanto aqueles produzidos pela universidade no âmbito tradicional (geralmente fechado ao mundo que existe fora da universidade) e que, por essa vivência extensionista, foi possível perceber ser rico e de esperança.” (Janaína Giordani LONGHI, 2013)²⁵

A Extensão Universitária transforma os docentes, os estudantes, a universidade e a sociedade. Esses desafios estão no interior e no exterior da universidade, na gestão, na compreensão do papel formativo, na disponibilidade de cada um de nós, na capacidade de aceitar as mudanças e, sobretudo, na trajetória institucional.

O paternalismo e o assistencialismo estão enraizados em nossa sociedade latino-americana. Muitas vezes, a comunidade apenas espera algo da universidade. Esta é, no mínimo, uma situação cômoda. Para aprender, para ensinar, para assessorar e para se oxigenar, a universidade não pode e não deve ser um ente que oferece benefícios. Esse é um tempo passado. Reconheço, no entanto, que, para muitas comunidades, a universidade não passa de um setor com recursos financeiros que “pode ajudar”, seja com valores financeiros, seja com

25 Acadêmica de História, bolsista do Programa Ilhas do Conhecimento.

ações assistenciais. Porém o impacto e a transformação social são possíveis somente com disponibilidade da comunidade universitária ao compreender que existem outros saberes — além daquele conhecimento construído no interior da academia — que nos ensinam e nos fazem reorientar pesquisas, redimensionar planejamentos, refazer planos de ensino — necessariamente, com a responsabilidade das diferentes comunidades em se colocarem como protagonistas do processo no qual se aprende e se ensina, mas, sobretudo, onde se constroem relações sólidas da sociedade desejada.

INTERNACIONALIZAÇÃO E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA LATINA²⁶

“Pela minha parte, coloco-me no campo daqueles que sentem uma dupla obrigação científica e política de não se furtarem ao tratamento dos problemas fundamentais, de o fazerem conhecendo os limites do conhecimento que mobilizam e aceitando a diversidade e a conflitualidade de opiniões como sendo reflexo desses limites e meio de sua sempre incompleta superação.”
(Boaventura de Sousa Santos, 2000:282)

26 Artigo com o título “Sobre latino-americanização das universidades latino-americanas” foi publicado como capítulo no livro “Extensão Universitária: diálogos e possibilidades”, publicado pela Editora da Unifal pp 253-268, 2017. Artigo com o título “caminhos da integração das universidades brasileiras e latino-americanas, publicado na Revista E+ v 07 pp 98-103 em 2017.

A internacionalização da educação superior tem sido um dos grandes temas das universidades brasileiras nos últimos anos. Morosini (2015) assegura que

[...] com o intento de olhar os países latino-americanos, suas especificidades e limitações, destaca-se a importância de uma integração regional e internacional solidária, não só na direção sul-norte como na direção sul-sul, marcada pela internacionalização, que reduza a diferença entre os países e consolide a integração que preserva a diversidade cultural. (MOROSINI, 2015, 79)

Foi com este olhar que, em 2005, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) criou a Comissão de Relações Internacionais, com três objetivos principais: I) internacionalizar as IFES, incrementando a sua participação em redes internacionais; II) aumentar a mobilidade estudantil, particularmente na graduação; e III) realizar projetos conjuntos com universidades estrangeiras. Já na instalação, foram estabelecidos os pontos mais importantes do planejamento de caráter estratégico da Comissão: a elaboração de propostas de política de internacionalização; o posicionamento sobre revalidação de diplomas e acordos internacionais neste âmbito; a participação da Andifes em missões internacionais do Brasil e no acolhimento de missões estrangeiras; e a prospecção de parceiros potenciais, levando em consideração os eixos geográficos estratégicos (Mercosul, Sul-Sul, etc.).

Diretamente, a Extensão Universitária não está citada na Constituição da Comissão de Relações Internacionais da ANDIFES, mas, desde a criação do FORPROEX (na década de 1980), ela passou a ter um maior reconhecimento no interior das universidades. Não se trata de apontar, aqui, a trajetória da institucionalização, porém é necessário estar atento para a Política Nacional de Extensão, bem como para o conceito de Extensão²⁷.

27 A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade. (FOR-

Um dos objetivos da Política Nacional para a Extensão Universitária Brasileira é “atuar, de forma solidária, para a cooperação internacional — especialmente latino-americana —, o que proporcionou, nos diferentes encontros, a elaboração de um documento considerando a “internacionalização universitária um dos fatores básicos de legitimação e reconhecimento das instituições de ensino superior”. Se, até recentemente, o Brasil aportava, para o exterior — particularmente para a Europa —, um significativo número de estudantes através do Programa “Ciência sem Fronteiras”, as atividades extensionistas de fronteiras sempre foram marcantes no que se refere à internacionalização. O que importa é compreender que a relação que se estabelece, mesmo nas fronteiras do Brasil com os vizinhos latino-americanos, é, sim, um processo de internacionalização. O que contaminou o avanço foi pensar a internacionalização como um processo voltado para a Europa, Ásia, América do Norte. É uma concepção conforme o documento elaborado pelo FORPROEX:

[...] propomos que se compreenda como 'internacionalização da Extensão Universitária' aquelas ações de intercâmbio e de cooperação entre equipes de Extensão de diferentes instituições universitárias que, envolvendo a participação de servidores universitários (docentes e/ou técnicos) e estudantes, desenvolvem, conjuntamente, atividades pedagógicas e/ou de construção compartilhada do conhecimento, em interação com suas respectivas comunidades locais, buscando soluções para os problemas econômicos e sociais, desenvolvendo o exercício da cidadania e potencializando a formação universitária. Não diz respeito, portanto, ao mero intercâmbio de agentes; trata-se, antes, de uma concepção de intercâmbio de projetos e de conhecimentos, que se realiza através das pessoas organizadas coletivamente. (FORPROEX, 2013:03)

A internacionalização da Extensão, portanto, não pode ser um intercâmbio pontual e descontínuo. Ela deve pressupor um intercâmbio de práticas inovadoras — entre grupos acadêmicos consolidados ou em formação, em suas universidades, que desenvolvem ou preten-

PROEX , 2012, p.42).

dem desenvolver ações de Extensão similares em termos de objeto e objetivos — visando à melhora de suas metodologias e à potencialização de seus respectivos programas após os processos de intercâmbio, dando continuidade a ações anteriormente desenvolvidas, mas transformadas e aperfeiçoadas pela cooperação internacional.

O documento do FORPROEX (2013:04), quando apresentado, reafirmava a Política Nacional de Extensão considerando as relações com as comunidades, “uma vez que não há Extensão Universitária sem que haja interação entre universidade e comunidade”, o que significa atestar que o possível intercâmbio das equipes extensionistas deveria pressupor a anuência e o apoio das comunidades relacionadas aos programas locais, nos espaços em que se darão ações de intercâmbio. Esta compreensão, ademais, abre a possibilidade para que, no futuro, as próprias comunidades possam desenvolver formas próprias de intercâmbio, reconhecendo e valorizando a cooperação técnica internacional como forma de melhorar a vida das suas e das outras comunidades, contribuindo para a construção da paz e da colaboração interfronteiras.

Retomando a Política Nacional de Extensão — que aponta para os compromissos de solidariedade internacional ao reconhecer o papel da universidade pública brasileira no enfrentamento das crises contemporâneas — é que se reafirma a centralidade da Extensão Universitária como

[...] prática acadêmica, como metodologia inter e transdisciplinar e como sistemática de interação dialógica entre a universidade e a sociedade. Prática comprometida com a relevância e com a abrangência social das ações desenvolvidas; metodologia de produção do conhecimento que integra estudantes, professores e técnico-administrativos, formando-os para uma cidadania expandida do ponto de vista ético, técnico-científico, social, cultural e territorial; interação dialógica que ultrapassa, inclusive, as fronteiras nacionais, projetando-se para fora do País. (FORPROEX, 2012:30)

Durante a realização do Fórum Latino-americano de Educação Superior, em 2014, na Universidade Federal de Integração Latino-Americana (UNILA), o estudioso António Nóvoa apresentou, para debate, quatro apontamentos sobre a internacionalização: a) a internacionalização tem servido “grandes negócios”; b) a internacionalização se ganha em casa; c) a internacionalização deve reforçar as nossas instituições e não nos tornar ainda mais dependentes; e d) temos de fazer o dever de casa. Tais apontamentos foram feitos para dizer que “nossas universidades precisam ser infinitamente mais livres e mais abertas”, onde cabe muito bem a proposta de Extensão sem fronteiras — elaborada pelo FORPROEX —, a Política de Extensão e a prática extensionista realizada em cada instituição pública de educação superior atualmente regulamentada através de normas próprias de cada universidade.

Seguindo o pensamento de Nóvoa, é imprescindível pensar a Extensão como parte do processo de internacionalização da universidade brasileira dentro de um contexto que inclui a flexibilização dos currículos de graduação, permitindo que se cumpra a estratégia — do Plano Nacional de Educação — de inserir até 10% (dez por cento) de créditos de Extensão em cada curso²⁸, bem como adotar normas mais equilibradas para a progressão docente quando se trata da indissociabilidade Ensino/ Pesquisa/Extensão.²⁹ Se ignorar estes aspectos, estará se tratando um discurso fadado a, apenas, permanecer no papel.

A integração latino-americana, do ponto de vista político-econômico, pode ser representada por iniciativas como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL); a União das Nações Sul-Americanas (UNA-

28 12.7) Assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de Extensão Universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.

29 Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

§ 1º É facultado, às universidades, admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996).

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996).

SUL); a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA); e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). Já no âmbito da educação superior, a integração está assentada em entidades como a Unión de Universidades de América Latina y el Caribe (UDUAL); a Associação das Universidades do Grupo Montevideu (AUGM); a Associação de Universidades Amazonicas (UNAMAZ); o Consejo Superior Universitario Centroamericano (CSUCA); a Asociación de Consejo de Rectores de Universidades de Latinoamérica y el Caribe (ACRULAC); e o Espaço Latinoamericano e Caribenho de Educação Superior (ENLACES), criado, em 2008, no marco da Conferência Regional de Educação Superior (CRES 2008), com o objetivo de construir um espaço comum de integração³⁰.

A Extensão Universitária, também pensada no contexto latino-americano, é representada pelas redes nacionais como a Red Nacional de Extensión Universitaria da Argentina (REXUNI); o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX); a Red Ecuatoriana Universitaria de Vinculación con la Colectividad (REUVIC); O Comité Ejecutivo de la Universidad Boliviana (CEUB); e outros além das redes, como a Comissão de Extensão da Associação das Universidades do Grupo Montevideu (CP Extensión de AUGM) e a União Latinoamericana de Extensão (ULEU). Entende-se que, neste universo, deve-se mover a Extensão Universitária no seu processo de internacionalização, que busca pelo apoio mútuo na América Latina.

Praticamente todas as universidades brasileiras — particularmente aquelas localizadas nas fronteiras geográficas — realizam atividades de Extensão com os países vizinhos. Nos demais países da América Latina, diversas são ações comuns, incluindo viagens precursoras e cursos avançados — significa que existe, na prática, uma internacionalização latino-americana de Extensão. O FORPROEX, em anos passados, chegou a ter um Grupo de Trabalho para tratar da

30 A mais atual Conferência Regional de Educação Superior (CRES) foi realizada em junho de 2018, em Córdoba/Argentina, no marco dos 100 anos da Reforma de Córdoba.

internacionalização na expectativa de levantar, junto a cada universidade, o quantitativo de atividades de Extensão que estavam sendo realizadas nas fronteiras. Devido a outras demandas — mas, também, diante das dificuldades em obter os dados —, o trabalho não teve sequência. Foi em 2012, com a publicação da Política Nacional de Extensão, que o FORPROEX reconheceu a existência de iniciativas que superam as fronteiras vizinhas, a partir “das parcerias e dos intercâmbios construídos pelas universidades públicas brasileiras com instituições da África e de outros países da América Latina”.

Antes, porém, em meados dos anos 1990, os dirigentes do FORPROEX representaram o Brasil na constituição da União Latino-americana de Extensão Universitária – ULEU, que conforma uma grande rede de Extensão, reunindo universidades, entidades regionais e redes representativas dos países em defesa da Extensão Universitária latino-americana e caribenha. Sob a orientação da ULEU, foi realizado, no ano de 1994, em Matanzas (Cuba), o I Congresso Ibero-americano de Extensão Universitária, concluindo que deveriam ser realizados novos encontros, sempre incorporando mais países, com o objetivo de implementar acordos bilaterais. O Brasil foi sede do VIII Congresso Ibero-americano de Extensão, realizado no Rio de Janeiro, em 2005, sob a coordenação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Durante a realização do X Congresso, em Montevidéu (2009), iniciaram os debates visando à alteração da denominação do evento, que passou a ser Latino-americano e Caribenho, não mais Ibero-americano. A declaração final do “Extensão 2009” denominou “integralidade del acionar universitário” para o desenvolvimento articulado do Ensino, da Pesquisa e da Extensão como práticas universitárias que aproximem a universidade da sociedade na solução de problemas sociais relevantes e na busca do bem comum. O XIV Congresso Latino-americano de Extensão foi realizado em junho de 2017, em Manágua, Nicarágua, e o XV Congresso, em 2019, em Ciudad del Este, no Paraguai.

Em 2011, os presidentes do FORPROEX — Cipriano Maia — e da União Latino-americana de Extensão Universitária (ULEU) — Gustavo Menéndez — definiram uma agenda de trabalho com o objetivo de fortalecer a integração das atividades de Extensão na América Latina e no Caribe. O encontro de trabalho, que ficou conhecido como “reunião de Porto Alegre”, foi apoiado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pelo MEC — tratou de uma participação mais proativa do Brasil e da elaboração de uma agenda de trabalho para o fortalecimento da ULEU.

A Comissão Permanente de Extensão (CP) da Associação das Universidades do Grupo de Montevidéu (AUGM)³¹ pôde contar com a participação dos Pró-Reitores de Extensão das universidades³² públicas brasileiras que fazem parte da Entidade — em maio de 2017³³. Em agosto de 2010, a Secretaria Executiva da AUGM realizou a reunião de formação do Comitê Acadêmico de Extensão. Em 2012, passou a ser Comissão Permanente de Extensão e ter os seguintes objetivos: promover a institucionalização e o reconhecimento da Extensão como função substantiva da universidade; fomentar a capacitação da Extensão na comunidade acadêmica; e impulsionar as publicações no campo da Extensão.

31 A Associação das Universidades do Grupo de Montevidéu (AUGM) é uma rede de universidades públicas da Argentina, da Bolívia, do Brasil, do Chile, do Paraguai e do Uruguai, concebida em 1991 com a finalidade de responder, em conjunto, aos desafios que atravessavam a vida universitária no mundo. <<http://grupomontevidео.org>>

32 Universidade Federal de Goiás (UFG)

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Universidade de São Paulo (USP).

33 Fazem parte da CP na atualidade: UFG, UFMG, UFPR, UFRGS, UFSCar, UNESP, UNICAMP e UFSM <http://grupomontevidео.org/cp/cpextensionuniversitaria/?page_id=16>

A CP de Extensão da AUGM realiza duas reuniões anuais para definir agenda de trabalho e tratar do Congresso de Extensão da AUGM, que é realizado a cada dois anos. O primeiro foi realizado em 2013, na cidade de Montevidéu (Uruguai), com o tema “Universidades e Sociedade”; o Segundo em 2015, na cidade de Campinas (São Paulo), tratando da “Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão”; e o terceiro no ano de 2017, em Santa Fé (Argentina), tendo, como eixo central, “Democracia, Direitos Humanos e Inclusão Social: no caminho dos 100 anos da Reforma de Córdoba”.

Não é de se estranhar que só às vésperas do centenário da Reforma de Córdoba se retome o debate sobre o quanto estes acontecimentos influenciaram ou não a universidade latino-americana. O Manifesto de Córdoba não pode ser entendido apenas como um grito de jovens estudantes rebeldes — embora retrate a situação vivida pela Argentina naquele momento, foi uma denúncia da vida universitária latino-americana, que, de um modo geral, não era muito diferente em outros países. Talvez fosse bem pior! Na base do Manifesto, estão a autonomia universitária, as relações mais solidárias no interior da instituição e a liberdade acadêmica.

Ao tratar de internacionalização ou de “latino-americanização” da universidade latino-americana, os acontecimentos de Córdoba se fazem, mais uma vez, presentes ao conclamar: *“la juventud universitaria de Córdoba, por intermedio de su Federación, saluda a los compañeros de la América toda y les incita a colaborar en la obra de libertad que inicia”*. A Extensão Universitária ganha evidência a partir de Córdoba com a criação das universidades populares em vários países de América Latina, particularmente no Peru e em Cuba. Berheim (1978) afirma que a Manifestação de 1918 *“fue la primera confrontation entre una sociedad que comenzaba a experimentar cambios en su composition interna y una Universidad enquistada en esquemas obsoletos”*. Mais do que procurar propostas para a internacionalização da Extensão Universitária, faz-se necessário pensar sobre a “latino-americaniza-

ção” das universidades da América Latina e, dentro deste universo, encontrar, na Extensão Universitária, uma função fundamental para a concretização deste processo. No caso brasileiro, como já mencionado, inúmeras são as atividades de Extensão realizadas em parcerias nas universidades — de fronteiras ou não —, mas que demonstram o quanto a integração entre instituições de países vizinhos é uma promissora realidade.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: OS 100 ANOS DA REFORMA DE CÓRDOBA E OS NOVOS DESAFIOS³⁴

“Temos o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza.” (Boaventura de Sousa Santos, 2003, p.56)

34 Conferência de abertura do 2º Congresso Nacional de Extensão Universitária do Paraguai, realizado dias 27 e 28 de setembro de 2018, em Assunción/Paraguai, sobre os temas: os 100 anos da Reforma, o Manifesto da CRES 2018, a internacionalização da educação superior, a Agenda 2030 e as contradições internas de nossas universidades que nos levam a pensar sobre a inclusão de amplas camadas da população ainda marginalizadas.

Sobre a Reforma de Córdoba: necessitamos voltar 100 anos no tempo. O Manifesto Liminar dos estudantes cordobeses é muito importante para o destino das universidades latino-americanas, muito particularmente para pensar a relação universidade/sociedade, quando aborda a necessidade, ainda em 1918, de as universidades serem mais abrangentes, mais receptivas aos diferentes, para amplas camadas da população e não apenas para algumas pessoas privilegiadas. Aqui se pergunta: qual caminho percorremos até agora, 100 anos depois? Os povos originários estão incorporados nas universidades? Os indígenas estão se formando nas universidades? As populações negras e pobres, de muitos países latino-americanos, onde estão?

No marco dos 100 anos da reforma de Córdoba, foi realizada, no mês de junho de 2018, em Córdoba/Argentina, a Terceira Conferência Regional de Educação Superior da América Latina e Caribe – CRES 2018. A Conferência é um momento em que todos os setores — incluindo governos, movimentos sociais e instituições educacionais tanto públicas quanto privadas — se reúnem para avaliar o que aconteceu nos últimos anos na educação superior e projetar os próximos dez anos. A primeira aconteceu em Havana no ano de 1996; a segunda, em Cartagena das Índias, na Colômbia, foi muito importante; e a terceira em Córdoba, quando, depois de debates intensos, foi elaborado um documento final que, entre outros pontos, deixa muito presente o papel das universidades e da Extensão Universitária. O documento final defende que “o acesso, o uso e a democratização do conhecimento é um bem social, coletivo e estratégico, essencial para poder garantir não só os direitos humanos básicos e imprescindíveis para o bem estar dos nossos povos, mas também a construção de uma cidadania plena, a emancipação social e a integração regional solidária”.

É no processo de pensar uma educação superior inclusiva que nós voltamos para a Extensão, cujo papel vai além de aproximar a universidade da sociedade: proporcionar a internacionalização da educação superior também é uma incumbência da Extensão — mas não uma internacionalização onde o *out* e o *in* não se comunicam, ou seja, onde nossos estudantes e docentes se deslocam para outros países em busca de novos conhecimentos e estes não servem para mu-

dar nossas próprias realidades ou, ainda, onde nossas universidades somente recebam estrangeiros que ficam vivendo em verdadeiras ilhas isoladas. A internacionalização da educação superior na América Latina tem muito de Extensão Universitária. Deve ser inclusiva, intercultural e muito voltada à troca de experiências. A internacionalização na América Latina e no Caribe deve favorecer a formação de cidadãos e profissionais respeitosos da diversidade cultural e comprometidos com a cultura de paz.

No âmbito da Agenda 2030, pode-se dizer que ela nos chama e tenciona como extensionistas. A Agenda 2030 ou os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) conclamam as universidades para um mundo melhor. A necessidade de atender os ODS traz, para o cotidiano institucional, as contradições internas de nossas universidades. Quando foi lançada a Agenda 2030, o acordado entre os proponentes foi “fortalecer atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão que promovam o desenvolvimento sustentável”.

A Agenda visa a, até 2030, estimular a criação de uma cultura institucional que contemple uma educação para a cidadania econômica, ambiental, cultural e socialmente responsável; articular a realização de atividades interinstitucionais; promover ações para a troca de experiências; divulgar as ações realizadas pelas instituições por diversos canais de comunicação; promover a discussão dos fundamentos políticos, ideológicos, teóricos e educativos dos ODS; atuar como ponto de consulta e apoio às instituições comprometidas com a implementação dos ODS; promover a interlocução entre as instituições e o PNUD³⁵; promover a interlocução entre as instituições e os órgãos governamentais e não governamentais; criar uma rede de especialistas para a implementação dos ODS em cada país — ou seja, a pauta da Agenda está diretamente relacionada à Extensão Universitária.

O desdobramento de cada um dos 17 ODS aponta para um grande envolvimento das universidades, o que é decorrência do complexo debate registrado no marco da CRES 2018 e dos 100 anos da Reforma de Córdoba. O ano de 2018, nas universidades latino-americanas

35 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

e caribenhas, gerou uma série de questionamentos que se referem à centralidade da educação superior diante das profundas desigualdades existentes em nossa sociedade, bem como das relações de poder e das dificuldades de gestão. Estes tempos — de mudanças políticas em todo o continente — mostram que a sociedade está perpassada por complexas demandas sobre as quais a universidade pode se debruçar, não para apontar soluções imediatas, mas para contribuir na busca de melhores alternativas e realizar novas reflexões, como é o caso do ODS 05, que trata da igualdade de gênero e do empoderamento das mulheres, um tema que tem provocado a formação de grupos de pesquisa, programas e projetos de Extensão.

Outros pontos considerados dentro da Agenda 2030 e que integram linhas de atuação da Extensão Universitária dizem respeito à gestão sustentável da água; às medidas para combater as mudanças do clima e seus impactos; e tanto à conservação quanto ao uso sustentável dos oceanos e dos mares. Em resumo, os desafios e cenários da Extensão Universitária são enormes. Cabe, a cada instituição, escolher o caminho que deseja seguir — que pode ser aquele marcado por um estreito vínculo com a sociedade, avançando e trocando experiências, ou aquele menos árduo e, certamente, menos necessário para todos.

O contato com as diversas realidades, com as diferenças, com outras perspectivas e mesmo com a crítica são aspectos essenciais da formação profissional e cidadã. Há, porém, um viés recorrente na formação universitária enquanto local de produção de conhecimento: a visão de que o único conhecimento que tem valor é aquele produzido no interior das instituições de educação superior. É esta distorção que afasta os estudantes da Extensão, onde as atividades são mais complexas e exigem um olhar para o “outro”. O grande desafio que se coloca para que a relação universidade-sociedade seja linear é encontrar motivações docentes e discentes para atuarem em atividades que não sejam apenas dentro de salas e laboratórios — uma vez que todos estão com muita pressa de cumprir a carga horária exigida —, mas que permitam a ampliação destes espaços. A atuação em programas, projetos e territórios é um passo impor-

tante para a mudança de perspectiva. Embora haja estrutura rígida dos currículos dos cursos de graduação, a maioria das universidades brasileiras oferece inúmeras atividades — muitas destas com auxílio financeiro — que possibilitam, aos estudantes, realizarem atividades fora dos currículos (para além das salas e dos laboratórios), que dão outro “brilho” para a formação.

A universidade é um local de disputa de poder. Por outro lado, o discurso persistente de que a universidade — especialmente a universidade pública — deve ser neutra enfraquece não apenas a presença institucional na sociedade, como também a própria formação oferecida. Não alterar os currículos é uma decorrência desta visão de neutralidade e de profissionalização. Uma instituição que tem, como missão, produzir conhecimento e formar cidadãos profissionais competentes para atuar na sociedade não pode se colocar na condição de neutralidade quando a sociedade exige posicionamentos e necessita de novas propostas curriculares para sair do lugar de escola profissionalizante.

O maior — ou melhor — desempenho das universidades na América Latina está totalmente vinculado ao maior ou menor grau de relacionamento entre estas e os demais setores da sociedade. O não comprometimento com questões sociais graves — sejam elas da Arte, da Cultura ou da Ciência — gera um distanciamento entre universidade (uma instituição social e com função pública) e sociedade (que, em última instância, mantém a universidade como local de formação e de construção da cidadania).

A dificuldade em propor alternativas e apontar para agendas futuras só faz da universidade um lugar que “faz mais do mesmo”. É evidente que a universidade precisa (re)visitar seus processos de Pesquisa e de Ensino, valorizando os saberes do senso comum. A universidade não pode deixar de ver nem de ouvir as diferentes demandas da sociedade. Talvez seja possível dizer que a transformação é a essência da Extensão. Este movimento nos convoca não só a pensar o lugar da Extensão na formação cidadã dos envolvidos, como também a reconhecer o seu papel real e o seu objetivo na estrutura da univer-

sidade, principalmente no cumprimento daquela que pode ser uma de suas tarefas mais generosas e instigantes: a de ser o local de formação, contribuição e promoção de propostas para melhoria da vida. Como já mencionado anteriormente, no interior das universidades, há um questionamento tornado público que provoca: “para que serve o teu conhecimento?”. No seu exterior, há uma latente necessidade de profissionais com outras competências, que vão além da técnica, que contribuam na promoção do desenvolvimento da sociedade em todas as suas dimensões.

Vivemos processos de transformação e de acirramento de preconceitos em uma sociedade que foi estruturada pelo domínio dos brancos sobre os negros, dos senhores sobre os povos originários, com total descuido à dignidade humana — como é o caso do extermínio de indígenas e negros em nossa América tanto Latina quanto Caribenha. Nossas universidades não podem ficar alheias — como se fossem ilhas isoladas — a este cenário, que nos cobra reflexão e desafia a Extensão Universitária Latino-americana.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O FUTURO DA UNIVERSIDADE³⁶

“A falta de humildade se expressa na arrogância e na falsa superioridade de uma pessoa sobre a outra, de uma raça sobre a outra, de um gênero sobre o outro, de uma classe ou de uma cultura sobre a outra, é uma transgressão da vocação humana do ser mais.”
(Paulo Freire, 1997:137)

36 Artigo com modificações foi publicado na Revista Espaço Pedagógico 25, n. 3, Passo Fundo, pp 624-633, 2018 . | Disponível em <www.upf.br/seer/index.php/rep>

O que se propõe é uma reflexão sobre o papel da Extensão Universitária no futuro da universidade brasileira. Para tanto, considera-se que este caminho deve ser pautado pela reflexão dos 100 anos da Reforma de Córdoba, pelos encaminhamentos da Conferência Regional de Educação Superior (CRES 2018), pela urgente necessidade de defesa da universidade pública, pela incorporação da Agenda 2030³⁷ na pauta da Extensão Universitária e, muito especialmente, por três componentes que marcam a contradição interna das universidades: I) os currículos engessados; II) o acomodamento/desencanto docente e discente; e III) a estrutura universitária distante e com poucas condições de atender as demandas da sociedade.

A universidade pública, que cumpre um papel fundamental na sociedade brasileira, tem sido questionada em todos os sentidos. Um questionamento que, tendo como finalidade o desmonte do ensino público e gratuito, está calcado na total ignorância sobre o desempenho destas instituições. A Extensão Universitária tem tarefas importantes a cumprir nestes períodos de turbulência e definição de novas rotas. A Constituição Brasileira de 1988, que estabeleceu a “indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão”, define que “as atividades universitárias de Pesquisa e Extensão poderiam receber apoio financeiro do poder público” (BRASIL, 1988). A partir da década de 1990, a institucionalização da Extensão foi marcada por diferentes encaminhamentos, como a criação do PROEXT (Programa de Fomento à Extensão Universitária) em 1993; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996, que, além de estabelecer a Extensão Universitária como uma das finalidades da universidade, institui a possibilidade de apoio financeiro do Poder Público, inclusive mediante bolsas de estudo; o Plano Nacional de Extensão, em 1998; o Plano Nacional de Educação (PNE), em 2001, que estabelece a responsabilidade das universidades nas suas funções de Ensino, Pesquisa e Extensão, bem como na formação inicial e continuada dos profissionais da educação básica; o novo Plano Nacional de Educação (PNE), em 2014, que estabelece e reforça metas e estratégias que envolvem a educação no contexto brasileiro para o período de 2014-2024, dentre elas destaca-se a meta 12.7 (“Assegurar, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de Extensão Universitária, orientando

37 <<http://www.agenda2030.com.br/>>

sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”).

A Extensão Universitária, como relação da universidade com a sociedade, constitui-se na oxigenação da própria universidade, na democratização do conhecimento acadêmico e na incorporação de saberes. É uma “interação dialógica” que traz múltiplas possibilidades de transformação da sociedade e da própria universidade pública (FORPROEX 2012). Em 2012, após debates internos nos encontros do Fórum de Pró-Reitores de Extensão de 2009 e 2010, ficou definido um novo conceito de Extensão³⁸.

Portanto os instrumentos legais e resolutivos no interior das universidades estão calcados na formação universitária em um eixo com três pontas. O propagado tripé acadêmico é responsável pela formação em todas as áreas do conhecimento, com atuação na Pesquisa e nas ações da comunidade. Rodriguez (2016, p. 19) entende que docência, investigação e vinculação com o meio fundamentam o “sentido de las universidades completas e complejas”. Evidente que, em situações das mais variadas — ora por força de uma carga horária elevada dentro da sala de aula, ora por comodismo ou por falta de opção —, muitos estudantes acabam por não conhecer a prática extensionista tampouco aceitar um olhar divergente. Outro aspecto que deve ser considerado aqui é apontar a Extensão Universitária como uma terceira missão da universidade. Qual a justificativa para ser a terceira? Ou seria a Extensão Universitária alguma espécie de nuvem, que vaga sobre o Ensino e a Pesquisa, que, em alguns dias, desce, aproximando-se mais do Ensino e, em outros, aproxima-se da Pesquisa? A resposta está na necessidade que a universidade tem de enfrentar novos desafios provenientes de sua relação com a sociedade. Isto implica em institucionalizar a Extensão Universitária, em cada universidade, como essencial para o funcionamento institucional e para a formação cidadã. A universidade pública brasileira tem, como sua primeira missão, produzir conhecimento necessário para auxiliar a sociedade na solução de problemas urgentes e emergentes. Decorre, desta premissa, a estreita relação com as atividades realizadas em conjunto com diferentes segmentos da sociedade. No entanto não se pode jogar, para a Extensão Universitária, uma missão apartada do todo. Loidi (2018)³⁹, em discurso recente, afirmou que

38 “É um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade.” (FORPROEX, 2012, p.42)

39 José Ramón Saborido Loidi, Ministro da Educação Superior de Cuba, fez o discurso de abertura do 11º Congresso Internacional de Educação Superior, em Havana/Cuba, no dia 12 de fevereiro de 2018.

[...] para las universidades constituye um desafio multiplicar su papel como instituciones de conocimiento, aumentando la calidad, cantidad y pertinencia de la investigación científica y el desarrollo tecnológico que ellas realizan e integrándose mejor com los restantes acores del sistema, com el propósito de contribuir a um mayor impacto económico-social em el proceso de desarrollo.

Importante defender que as universidades devem considerar, como parte de sua ação formativa, as contribuições provenientes dos diferentes setores da sociedade, incluindo movimentos sociais e coletivos representativos de segmentos organizados. Assim, será possível atualizar e validar uma agenda de compromissos com a sociedade. O conceito de Extensão, definido pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPRO-EX), como já mencionado anteriormente, defende a necessidade de “um currículo dinâmico, flexível e transformador”, capaz de permitir um impulso na democratização do conhecimento. Para Rodrigues (2016, p. 22), “vale decir, aproximar el saber especificado a la ciudadanía para empoderarla”. Significa que a estratégia 12.7 do PNE — que prevê a inclusão de créditos realizados em programas e projetos de Extensão — precisa se tornar realidade nas universidades. Provável que este seja, no momento, o maior desafio das universidades.

No entanto, entre o que se prega e o que se pratica, há uma distância marcada pelas dificuldades operacionais, pelos preconceitos e pelos temores que envolvem a manutenção do *status quo*. Senão, vejamos: quais dificuldades se impõem para que a relação entre a universidade e a sociedade se torne mais horizontal? Como pode a sociedade, em seus diferentes graus de representação, influir nos conteúdos ou projetos gestados no interior da universidade? Qual é a contribuição da universidade para a constituição da cidadania? Talvez precisemos pensar um pouco sobre a forma como se dá e qual a qualidade da interação universidade-sociedade.

EXTENSÃO NOS CURRÍCULOS DE GRADUAÇÃO

“Nós devemos antever a universidade como um lugar central para a luta revolucionária, um lugar onde podemos trabalhar para educar a consciência crítica, onde podemos ter uma pedagogia da libertação.”
(Bell Hooks, 2019, p 79)

O cumprimento do disposto no Plano Nacional de Educação, regulamentado pelas Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira⁴⁰, obriga-nos a retomar alguns direcionamentos importantes para as universidades públicas brasileiras, quando se trata da Extensão Universitária diante tanto da condição socioeconômica do Brasil, quanto da situação mundial. Estes pontos a serem considerados se assentam na indissociabilidade entre Ensino/Pesquisa e Extensão não só como preceito constitucional⁴¹, mas também como preceito indispensável na Política Nacional de Extensão, elaborada pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX)⁴², no que tange ao papel central da Extensão Universitária e às estruturas de gestão das universidades. É imprescindível, em todo o percurso — que objetiva a implantação da curricularização e sua consolidação —, atentar para o quanto de conflito existe na interação universidade/sociedade. É preciso ter clareza de que a Extensão fortalece a ação da universidade na sociedade — associada à Pesquisa, ela oferece suporte para atacar os grandes problemas nacionais, como a falta de saneamento básico e de alimentos saudáveis, a luta por moradia, a crise do sistema de saúde, assim como trata da formação integral dos estudantes.

Para os gestores da Extensão Universitária, os dois primeiros dilemas que se colocam são I) como cumprir, na essência, a Política Nacional de Extensão dentro de gestões universitárias engessadas e II) a questão da falta de financiamento para a educação em um país cada vez mais carente da presença das universidades como contribuintes nos processos de transformação e preservação tanto da cidadania quanto da democracia. A Política Nacional de Extensão aponta que

40 RESOLUÇÃO N.º 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2011, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n.º 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação- PNE 2014-2024 e dá outras providências.

41 Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

42 Política Nacional de Extensão <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>

[...] nunca é demais lembrar que a mera produção de conhecimento, por si só, não leva ao desenvolvimento sustentável e ético. Se o desenvolvimento econômico pode, eventualmente, ser promovido com boas teorias, tecnologias inovadoras e profissionais competentes, o desenvolvimento sustentável e humano requer mais que isso. Tecnologias, técnicas e teorias não são neutras. Por exemplo, as tecnologias e técnicas utilizadas na construção de moradias, no saneamento básico, no transporte urbano podem favorecer determinados grupos sociais em detrimento de outros; as teorias que orientam o desenho das políticas sociais são quase sempre ideologicamente enviesadas, e a escolha de um desenho ou outro envolve valores imponderáveis, não redutíveis a cálculos precisos. (FORPROEX, 2012 p. 13)

A Extensão Universitária tem, por princípio, o pressuposto de que as gestões das instituições estejam abertas ao diálogo, à experimentação e à construção de novos cenários, que nem sempre são favoráveis à plataforma que elege dirigentes universitários. Entre os diversos entraves que dificultam a prática extensionista, incluem-se o corporativismo, a incompreensão do que é Extensão Universitária e o percurso individual dos gestores específicos da Extensão.

Ao se debruçar sobre a estrutura de gestão das universidades — calcada nos departamentos acadêmicos e em legislações com algumas décadas, que entravam a efetiva realização da Extensão como “um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012:15) em toda a sua complexidade —, é prudente pensar na trajetória para se chegar até os tempos atuais. No momento em que se implantava o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, em meados dos anos 1980, também se iniciava a redemocratização do país, portanto estávamos vivendo uma realidade extensionista que alterava a vida acadêmica, mas não era reconhecida em muitas instituições. Quando se dá a elaboração da atual Política Nacional de Extensão, amadurecida na presença institucional do FORPROEX, o cenário já era outro tanto no Brasil quanto, muito especialmente, nas universidades, com o início recente, no

ano de 2012, das ações afirmativas. Havia um programa⁴³ de financiamento — através de edital das atividades extensionistas — aberto à participação de todas as universidades públicas. Passados oito anos da publicação do documento⁴⁴, é importante retomar a atualidade do pensamento de Santos (2008), quando aborda as três crises da universidade: hegemonia, legitimidade e institucionalidade.

O texto de Boaventura de Sousa Santos, que trata das três crises da universidade, foi publicado, originalmente, em 2000, no livro “Pela Mão de Alice: o social e o político na Pós-modernidade” e se intitulava “Da ideia da universidade à universidade de ideias”. Ele destacava que a crise de hegemonia resultava das contradições entre as funções tradicionais da universidade e as que foram sendo atribuídas ao longo do século XX. A crise de legitimidade levou a universidade a deixar de ser uma instituição de consenso devido não só às exigências sociais e políticas internas e externas, mas também à crise institucional que demarca a

[...] contradição entre a reivindicação da autonomia na definição dos valores e objectivos da universidade e a pressão crescente para submeter esta última a critérios de eficácia e de produtividade de natureza empresarial ou de responsabilidade social. (SANTOS: 2008, p 13)

Tendo como pano de fundo este panorama e considerando que, na Extensão Universitária, o aprofundamento das práticas, as metodologias de trocas, as formas de comunicação, a sistematização de experiências, o planejamento conjunto, as devolutivas e a avaliação das atividades estão em permanente debate e aperfeiçoamento, é este “fazer” da Extensão que pode colocar em crise o próprio ensino de graduação e a Pesquisa. A indissociabilidade deve ser devidamente

43 Proext. Criado em 2003, o Programa de Extensão Universitária tinha o objetivo de apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de Extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas.

44 Política Nacional de Extensão, documento do FORPROEX aprovado e publicado em 2012.

compreendida como calcada na efetiva produção de conhecimento produzida na Extensão Universitária, como já vinha sendo anunciado por Santos (2008, p.17):

[...] em países que ao longo das últimas três décadas viveram em ditadura, a indução da crise institucional teve duas razões: a de reduzir a autonomia da universidade até ao patamar necessário à eliminação da produção e divulgação livre de conhecimento crítico; e a de pôr a universidade ao serviço de projetos modernizadores, autoritários, abrindo ao setor privado a produção do bem público da universidade e obrigando a universidade pública a competir em condições de concorrência desleal no emergente mercado de serviços universitários. Nos países democráticos, a indução da crise esteve relacionada com esta última razão, sobretudo a partir da década de 1980, quando o neoliberalismo se impôs como modelo global do capitalismo. Nos países que neste período passaram da ditadura à democracia, a eliminação da primeira razão (controle político de autonomia) foi frequentemente invocada para justificar a bondade da segunda (criação de um mercado de serviços universitários). Nestes países, a afirmação da autonomia das universidades foi de par com a privatização do ensino superior e o aprofundamento da crise financeira das universidades públicas. Tratou-se de uma autonomia precária e até falsa: porque obrigou as universidades a procurar novas dependências bem mais onerosas que a dependência do Estado e porque a concessão de autonomia ficou sujeita a controles remotos estritamente calibrados pelos Ministérios das Finanças e da Educação. Assim, da passagem da ditadura para a democracia correram, por debaixo das manifestas rupturas, insuspeitadas continuidades.

As estruturas de gestão administrativa das universidades, que, por razões regimentais e estatutárias, dificultam o acesso da representação da sociedade, refletem-se na Extensão Universitária através de conselhos e comissões, que estabelece, por natureza, a relação universidade/sociedade. A elevada carga horária dos estudantes com disciplinas executadas em salas de aulas teóricas reduz a possibilida-

de de os acadêmicos realizarem experiências para além do restrito espaço, dificultando o contato com a realidade e a troca de aprendizado com as diferentes realidades. A Extensão é inter e transdisciplinar, o que, por sua vez, exige diálogo aberto e aceitação de impasses normais que acontecem ao longo dos processos. A apresentação de determinado estudo, práticas e modelos é bem menos rica e duradoura do que o estudante se ver frente a frente com o conhecimento do outro, com as experiências de vida e de sobrevivência.

No momento em que o governo brasileiro elege, como inimigos principais, as universidades e o movimento social, é urgente implementar a curricularização da Extensão, que, para além de cumprir o determinado pelo Conselho Nacional de Educação - CNE, é uma resposta para qualificar o espaço acadêmico, colocando como exigência a realização de atividade de Extensão por todo estudante universitário, para que, desta forma, estenda-se mais a presença da universidade na sociedade. A demora em colocar em prática a decisão do CNE é justificada pela dificuldade institucional de alterar currículos sem aumentar a carga horária — já elevada — de cada curso de graduação. Todavia é preciso considerar que esta mudança, além de não apontar para o aumento da carga horária, vai significar a mais profunda reforma do ensino de graduação, o que provoca setores que não estão preparados nem querem efetuar mudanças. Arocena (2011, p.12) considera que

[...] no debemos también cuestionarnos a nosotros, los que reivindicamos el papel de la extensión, por no haber sido capaces de convencer a mucho más gente de que la tarea vale la pena? Son sólo las equivocaciones y miopías ajenas las causas de ello?.

Temos, aqui, um dos problemas que podemos ter dentro das instituições, uma vez que muitos docentes se voltam para a Pesquisa e desconhecem a Extensão Universitária. Sem estímulo institucional, com financiamento reduzido e com um esforço que vai para além da

sala de aula ou do laboratório — exigindo muitas vezes um confronto com realidades adversas —, é ainda mais difícil “encantar” o estudante para as atividades extensionistas. Arocena (2011, p. 13) admite que

[...] hace falta mostrar que todas las actividades de enseñanza y creación de conocimientos y cultura pueden, de manera bastante natural, vincularse con actividades de extensión en sí mismas valiosas y, susceptibles de enriquecer tanto las modalidades educativas como las agendas de investigación.

Historicamente, é interessante revisar os caminhos percorridos pela universidade pública brasileira na década de 1960, com forte inspiração em Paulo Freire, quando se registram inúmeras atividades em comunidades, com a participação da União Nacional dos Estudantes - UNE, visando, sobretudo, à alfabetização de jovens e adultos. Muitas destas ações não estavam registradas nos currículos dos cursos de graduação e, em boa parcela, ocorriam em turnos diferentes das aulas ou nos finais de semana. Não é este retorno ao passado de que se trata aqui, embora muito daquele aprendizado deve ser considerado.

Hoje a Extensão está institucionalizada nas universidades, compondo o eixo Ensino/Pesquisa/Extensão como componente acadêmico regulamentado. Isso significa que a presença efetiva dos estudantes e dos docentes atuando em territórios não é uma novidade nem deve ser entendida como posição autoritária, porque nem todos os professores fazem Extensão Universitária. Aqueles que estão voltados para atividades de Extensão já têm a dimensão do que vai ser colocado em prática com a implementação da curricularização. A aposta de que a curricularização da Extensão não vai dar certo porque não existem, nas universidades, atividades de extensão suficientes para atender a demanda do conjunto dos estudantes é frágil. Em maior ou menor número, todas as universidades públicas possuem registrado um número significativo de programas e projetos de Extensão.

O disposto na legislação prevê que, sem aumento da carga horária dos cursos, dez por cento (10%) deste total deve ser realizado em Extensão e, como a proposta é inovadora, é realmente uma reforma

curricular que vai acontecer em todas as universidades, permitindo a ampliação das ações extensionistas de forma muito bem justificada, como ocorreu com o Práticas Urbanas Emergentes⁴⁵, que, ao dialogar com os integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST, apresentou os objetivos do projeto, entre estes, tirar os alunos da universidade e fazê-los interagir com temas pouco recorrentes em sala de aula — como ocupações urbanas e os conflitos sobre desapropriação iminente —, além de realizar vivências capazes de deixar contrapartidas nas comunidades — como o auxílio na construções de galpões, hortas comunitárias, etc. De acordo com uma manifestação de Arocena (2011, p.11),

[...] concebimos a la extensión universitaria como el conjunto de actividades de colaboración entre actores universitarios y no universitarios, en formas tales que todos los actores involucrados aportan sus respectivos saberes y aprenden en un proceso interactivo orientado a la expansión de la cultura y a la utilización socialmente valiosa del conocimiento con prioridad a los sectores más postergados.

Está comprovado pelos depoimentos dos estudantes que, ao entrarem em contato com atividades de Extensão, suas vidas acadêmica e pessoal⁴⁶ mudam, porque se colocam diante de realidades sociais e profissionais que provocam mudanças importantes. Mas, para que isto ocorra, é pré-condição uma organização institucional e uma aceitação docente, em condições de compreender a Extensão Universitária como indissociável tanto do Ensino quanto da Pesquisa e fundamental como componente formativo. Para Arocena (2011, p.15),

45 Práticas Urbanas Emergentes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (<https://www.ufrgs.br/cidade-em-projeto-cplab/praticas-urbanas-emergentes-1a-vivencia-horta-alegre/>)

46 Ver o título “A Extensão Universitária: sua contribuição para a formação acadêmica e pessoal de estudante de graduação”, publicado como capítulo do livro “Princípios da Extensão Universitária: contribuições para uma discussão necessária” ed. CRV pp 77-91, 2016. Texto foi escrito em colaboração com o aluno José Francisco de Souza Santos da Silva, Bacharel em Publicidade Propaganda (PUCRS-2006), Bacharel em Ciências Sociais (UFRGS-2011).

[...] de esa manera la formación de nuestros estudiantes tendrá una mayor conexión con la realidade que está más allá de las aulas, vinculandolos con situaciones y sectores muy diversos. Ofrecerá oportunidades de afianzar el compromiso ético con la mejora de la calidad de vida de la gente, que en particular debemos asumir quiennes hemos tenido el privilegio de acceder a la enseñanza superior pública financiada por toda la sociedad.

Assim, é nosso dever manter a vigilância, com o objetivo não apenas de alterar os currículos e implementar a curricularização da Extensão dentro dos prazos legais estabelecidos, mas também como forma de oferecer alternativas de formação aos estudantes e respostas mais efetivas para a sociedade. Porém estas mudanças curriculares que ocorrerão a partir da inserção das atividades de Extensão nos currículos devem ser compreendidas como inovações pedagógicas e não apenas como cumprimento de um dispositivo legal, o que pode levar ao caos. Simplesmente obrigar estudantes a realizar atividades assistenciais ou a prestar serviço sem ganho acadêmico é ignorar todo o percurso teórico-metodológico e político construído pela Extensão Universitária ao longo de sua formalização latino-americana.

Em 2018, ao receber o título de Doutor Honoris Causa⁴⁷ da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o sociólogo e educador popular Oscar Jara declarou que

[...] a partir de Córdoba, em 1918, todas as universidades na América Latina tiveram um novo paradigma de onde se colocar frente a uma realidade que sempre é questionadora. Desde então, não podíamos mais olhar apenas para o nosso próprio interior, mas sim compreender que o sentido do fazer universitário só pode se realizar na resposta aos desafios da sociedade à qual pertencemos.

47 Oscar Jara fez o pronunciamento na sala dos Conselhos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul no dia 12 de setembro de 2018 quando recebeu o título de Doutor Honoris Causa.

O olhar mais alargado — ao qual se refere Oscar Jara — está presente nas mais variadas atividades de Extensão que relacionam universidades e territórios em uma comunhão que preserva identidades e diferenças, permitindo o surgimento de novos conhecimentos com questionamentos acadêmicos que respondam às demandas sociais.

Outro aspecto que exige reflexão é o desconhecimento sobre a Extensão Universitária por parte de gestores. Evidente que o universo de atuação da Extensão é muito amplo, o que, muitas vezes, em grandes universidades, torna quase uma insanidade acompanhar todas as ações extensionistas que não estão centralizadas, embora tenhamos, em todas as instituições, sistemas de registro devidamente rigorosos, porque tais ações são realizadas por unidades acadêmicas e campi distantes nos mais variados territórios. No entanto o discurso pode mudar e trazer a Extensão para a centralidade, acrescentando que — para além das importantes pesquisas e da qualidade do ensino — nossas universidades possuem fortes vínculos com a sociedade, sendo assim, imprescindível para auxiliar na saída para as crises, para compreender os movimentos de exercício da cidadania, para assessorar na geração de emprego e renda, assim como para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A universidade, particularmente, através da Extensão Universitária, não se apresenta como instituição autorizada a solucionar os problemas sociais, cuja tarefa cabe ao Estado. Cabe, à universidade, fortalecer e se nutrir da troca de saberes não só para a oxigenação interna, mas também para compartilhamento de conhecimentos testados ao longo de sua trajetória.

REFERÊNCIAS

AROCENA, Rodrigo. Curricularización de la extensión: por qué, cuál, como? In: AROCENA, Rodrigo e outros. Integralidad: tensiones y perspectivas. **Cuadernos de Extensión nº 1**. Comisión Sectorial de Extensión y Actividades em el Medio. Udelar. Montevideo. 2011.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. **Decreto nº 6.495, DE 30 DE JUNHO DE 2008**. Institui o Programa de Extensão Universitária - PROEXT. Diário oficial, 01 de julho de 2008.

_____. **Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931**.

_____. **Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961**. Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. **Lei nº 10.741 de 1 de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

_____. **Lei nº 8.442 de 4 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Legislação Federal e Marginália, 1996.

_____. **LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Legislação Federal e Marginália, 2014. 270.

_____. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Diário Oficial da União, de 28 de novembro de 1968, p. 10369.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, de 23 de dezembro de 1996, p. 27.833.

_____. **Lei nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Diário Oficial da União, 15 de abril de 2004.

_____. **Plano Nacional de Educação (PNE) - LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Legislação Federal e Marginália, 2014.

_____. **Plano Nacional de Educação (PNE), Lei 10.172 de 09 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Legislação Federal e Marginália, 2001.

DEUS, S. F. B.; IUCCI, C. Caminhos da integração das universidades brasileiras e latino-americanas. **Revista de Extension Universitaria E+**, v. 7, p. 98-103, 2017.

_____; HENRIQUES, R. L. A Universidade brasileira e sua inserção social. In: Tommasino, H.; Castro, J. (Org.). **Los caminos de la extensión en América Latina y el Caribe.** La Pampa: EdUNLPam, 2017, v. 01, p. 77-91.

_____. Extensão Universitária: sua contribuição para formação acadêmica e pessoal de estudante de graduação. In: GONÇALVES, Nádia Gaiofatto; QUIMELLI, Giselle Sá. (Org.). **Princípios da Extensão Universitária:** contribuições para uma discussão necessária. Curitiba: Editora CRV, 2016, v. 1, p. 77-91.

_____. Impacto e Transformação social: o papel da Extensão Universitária. In: GONÇALVES, Nádia Gaiofatto; QUIMELLI, Giselle Sá. (Org.). **Princípios da Extensão Universitária:** contribuição para uma discussão necessária. Curitiba: Editora CRV, 2016, v. 1, p. 93-107.

_____. Extensão universitária e cidadania: desconstruindo para construir. **Revista E+**, v. 02, p. 28-32, 2012.

_____. **Política Nacional de Extensão universitária.** Porto Alegre, 2012.

_____. Por uma sistematização de experiências da Vila Dique ao Porto Novo. In: GIL, Carmem Zeli de Vargas. **Da Vila Dique ao Porto Novo.** São Leopoldo: Oikos Ltda, 2013.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. **Educação como prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

HOOKS, Bell. **Erguer a voz: pensar como feminista negra**. São Paulo: Elefante, 2019.

MANIFESTO DE CÓRDOBA, 1918.

MELLO, Bruno Cesar Eufhrasio (org). **Práticas Urbanas Emergentes: extensão universitária**. Gráfica UFRGS: Porto Alegre 2019.

MENÉNDEZ, Gustavo et al. **Integración, docência y extensión: outra forma de ensinar y de aprender**. UNL 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____; FILHO, Naomar de Almeida. **A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova**. Coimbra, 2008.

_____. **La Universidad en el siglo XXI: para una reforma democrática y emancipatoria de la universidad**. Ediciones Trilce. Universidad de La República. Montevideo, 2010.